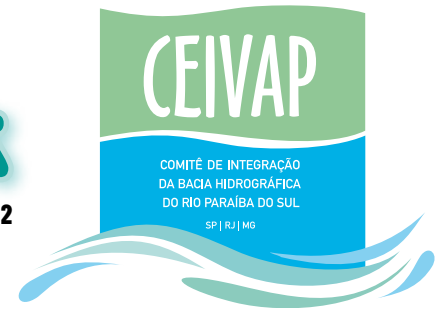


pelas águas do
PARAÍBA

www.ceivap.org.br

ISSN 2175-2222

Ano VI • Edição Nº 8 • Outubro de 2012



RIO+20

“Local é global e global é local”

Governança das Águas e Comitês de Bacias são destaques de evento paralelo



CEIVAP investe em planos municipais de saneamento



PAN Paraíba: foco em nove espécies em extinção

**ÁGUA: EVITE O DESPERDÍCIO.
USE COM CONSCIÊNCIA!**



sumário

outubro/2012

6 liderança & sustentabilidade

eventos paralelos marcaram rio+20, conferência que abordou dois temas centrais: a economia verde e o desenvolvimento sustentável

10 governança das águas

rio+20: encontro reuniu representantes dos nove cbhs fluminenses, com participação do ceivap

16 palestra especial

diretor-presidente da ana, vicente andreu

19 avanços na bacia

representantes do ceivap traçam um paralelo da evolução da gestão de recursos hídricos nos últimos 20 anos

22 saneamento básico

ceivap investe em planos municipais de saneamento básico em 51 municípios nos estados de mg e rj

28 pan paraíba

primeiro plano de ação nacional para conservação de espécies aquáticas ameaçadas do Brasil

38 planejamento integrado

região metropolitana vale do paraíba e litoral norte

27 artigo marilene ramos, presidente do instituto estadual do ambiente

32 em extinção pan paraíba do sul tem como foco nove espécies aquáticas, sendo cinco espécies de peixes

36 recursos cobrança ceivap financia primeiro projeto do pan paraíba

44 lazer festival folclórico-religioso tem como palco o rio paraíba do sul

CEIVAP

REVISTA pelas águas do PARAÍBA

Nº 8 (ISSN 2175-2222), ANO VI, OUT 2012

Publicação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP

Estrada Resende-Riachuelo,
nº 2.535 – AEEDB, 4º Andar
Morada da Colina – Resende (RJ)
CEP: 27523-000 / Tel: (24) 3355-8389
www.ceivap.org.br – ceivap@agevap.org.br

Presidente
Edson Giriboni
Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo – SSRH/SP

Vice-Presidente
Marília Carvalho de Melo
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais / Instituto Mineiro de Gestão das Águas – SEMAD/IGAM-MG

Secretário
Alexandre Nascimento da Silveira
Light S.A. – RJ

AGEVAP

Coordenação Técnica
Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP

CNPJ: 05.422.000/0001-01

Estrada Resende-Riachuelo,
nº 2.535 – AEEDB, 4º Andar
Morada da Colina – Resende (RJ)
CEP: 27523-000 / Tel: (24) 3355-8389
www.agevap.org.br – agevap@agevap.org.br

Presidente do Conselho de Administração
Friedrich Wilhelm Herms

Presidente do Conselho Fiscal
Jaime Teixeira Azulay

Diretor-Executivo Interino e Coordenador Técnico
Flávio Antonio Simões

Diretora Administrativo-Financeira Interina
Giovana Cândido Chagas

Coordenadora de Gestão Interina
Aline Raquel de Alvarenga

Produção Gráfica / Editorial Diagramação, Arte Final Reportagens, Redação, Edição e Revisão
Assessoria de Comunicação da AGEVAP
TextoArte Comunicação – Rua Dr. Oliveira Braga,
nº 405 – Centro – Aparecida (SP)
CEP: 12570-000 – Tel: (12) 3631-4961
textoarte@textoarte.com

Editora
Mônica da Costa (MTb 24.122)

Jornalista Responsável
Teresa Barbosa (MTb 16.973)

Fiscalização e Acompanhamento
Aline Raquel de Alvarenga
Andrea Sundfeld Penido
Luís Felipe Martins Tavares Cunha

Fotografias
Arquivos CEIVAP/AGEVAP
TextoArte Comunicação

Impressão
Print Paper Editora Gráfica – Tel: (21) 2222-2354

Tiragem
5.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

carta ao leitor

rio+20 Painel “Liderança e Sustentabilidade”, organizado pelo ICLEI, contou com a presença do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon. Em seu discurso, ele enfatizou aos líderes mundiais que ações realizadas no nível regional e local são essenciais para uma política global de desenvolvimento sustentável



MÔNICA DA COSTA/TEXTOARTE

O futuro que queremos

“Local é global e global é local”! Este foi o principal recado de Ban Ki-moon aos líderes mundiais presentes ao Painel “Liderança e Sustentabilidade para o Mundo Urbano em 2030”, evento paralelo realizado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no dia 21 de junho, pelo Internacional Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI). Em seu discurso, o Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU) defendeu que ações realizadas no nível regional e local são essenciais para uma política global de desenvolvimento sustentável, enfatizando que cada país é uma soma de cidades e as soluções para os problemas relacionados à sustentabilidade passam necessariamente por governos locais.

Paralelamente, neste mesmo dia, numa sala contígua ao grande auditório montado no Pavilhão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no Parque dos Atletas, representantes dos nove Comitês Fluminenses de Bacias Hidrográficas, do Sistema CEIVAP/AGEVAP e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos debateram a “Governança das águas através de organismos colegiados: avanços e desafios”. Realizado pelo Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA), o encontro colocou em pauta “O Futuro que Queremos” sob a ótica da interação entre governança pela gestão das águas e governabilidade sobre as questões de recursos hídricos.

Para os debatedores, num contexto geral, a questão da água – particularmente a temática “governança”, com foco especial para a “governança global da água” – ainda precisa de uma “casa própria” no âmbito da ONU. Já no escopo da governança brasileira, o país sabe o que fazer e continuará perseverando no fortalecimento de seu Sistema Nacional de Recursos Hídricos. No entanto, o caráter executivo da governança depende da governabilidade, resultado de políticas públicas eficientes e cujo poder concedido aos organismos colegiados é peça-chave neste processo.

Este é o principal tema em debate nesta edição da Revista “Pelos Águas do Paraíba”, que avalia em linhas gerais qual foi a contribuição do governo brasileiro para a consolidação das diretrizes de ação em nível global e os mais importantes desafios para a governança das águas no Brasil e, em especial, na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

São outros destaques desta edição: investimentos aprovados pelo CEIVAP para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) em 72 municípios da bacia; Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul (PAN Paraíba do Sul); criação da Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte (RM Vale); e festival folclórico-religioso em São João da Barra (RJ).

Boa leitura!

Eventos paralelos marcaram a Rio+20

Conferência abordou dois temas centrais: a economia verde e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável

Em 1992, o Rio de Janeiro foi palco para discussões globais que envolveram o tema biodiversidade. A segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92) resultou em diversos documentos, como a Carta da Terra e as Convenções do Clima e da Diversidade Biológica, muitos ainda não colocados em prática por tratarem de questões que envolvem mudanças de comportamento dos países em relação ao meio ambiente. O principal resultado da Eco-92 foi a Agenda 21, documento com 2.500 recomendações para implantar a sustentabilidade.

Entre os dias 13 e 22 de junho, passados 20 anos, a cidade voltou a ser foco mundial sediando a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Mais de 100 chefes de Estado e de Governo, além de representantes de vários setores, reuniram-se para discutir propostas com o objetivo de preservar o planeta para as futuras gerações.

Dentro da extensa programação da Rio+20 foram realizados vários eventos paralelos que discutiram as temáticas da Conferência, que abordou dois assuntos centrais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Um destes encontros foi "Governança das águas através de organismos colegiados: avanços e desafios", realizado pelo Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) e que reuniu no dia 21 de junho, no Pavilhão do Governo do Estado do Rio de Janeiro – Parque dos Atletas, representantes dos nove Comitês Fluminenses de Bacias Hidrográficas, do Sistema CEIVAP/AGEVAP e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (leia mais nas páginas 10 a 19).

Organizado pelo ICLEI, o Painel "Liderança e Sustentabilidade para o Mundo Urbano em 2030" foi um dos importantes eventos paralelos realizados e que contou com a presença do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon (ao centro), entre outras autoridades

Ainda neste mesmo dia e espaço, aconteceu também o Painel “Liderança e Sustentabilidade para o Mundo Urbano em 2030”, como parte da programação do Rio+20 Global Town Hall – um encontro internacional de municípios que buscam a melhoria e proteção dos bens comuns globais no que diz respeito a um futuro urbano sustentável, propondo debates inovadores, acordos e propostas sobre os principais temas de sustentabilidade do cenário atual, como: a chave para o desenvolvimento sustentável com o aumento populacional; mudanças climáticas; escassez da água; a perda da biodiversidade; a economia verde; e o desenvolvimento da governança local em nível global. O evento, organizado pelo International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI), contou com as presenças do Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, do Presidente do ICLEI, David Cadman, e do Secretário Estadual do Ambiente, Carlos Minc (representando o Governador Sérgio Cabral), entre outras autoridades.

Em seu discurso para um auditório lotado, Ban Ki-moon defendeu que ações realizadas no nível regional e local são essenciais para uma política global de desenvolvimento sustentável. “Local é global e global é local”, disse o Secretário-Geral da ONU, enfatizando que, no mundo globalizado de hoje, há pouca diferença entre os governos local e federal e, portanto, as cidades desempenham um papel igualmente importante para a sustentabilidade. Segundo ele, cada país é uma soma de cidades e as soluções para os problemas relacionados à sustentabilidade passam necessariamente por governos locais.

Em sua participação no painel, Carlos Minc prestou solidariedade ao esforço das cidades e dos gestores em quererem estabelecer um compromisso para um mundo sustentável, destacando que o Rio de Janeiro apoia essa meta ambiental. O Secretário destacou alguns importantes programas socioambientais que o Governo do Estado está implementando nas comunidades

pacificadas do Rio, citando, como exemplo, o programa Fábrica Verde, de inclusão digital.

MENSAGEM PARA A RIO+20

Durante o Global Town Hall, também foi entregue à ONU a “Mensagem para a Rio+20”, formulada no Congresso Mundial do ICLEI, com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Realizado entre os dias 14 e 17 de junho, em Belo Horizonte (MG), o congresso contou com a participação de mais de 1.500 representantes de 75 países, entre eles 79 prefeitos, que mostraram em plenárias, sessões e workshops o progresso dos municípios na adoção de medidas eficazes voltadas à sustentabilidade.

Foram quatro dias de balanço das ações locais desenvolvidas nos últimos 20 anos, trocas de experiência entre cidades e a definição de uma agenda comum entre os governos locais para os próximos anos. Entre os principais destaques do Congresso está o lançamento de diversas publicações e estudos, como o “Sustentabilidade Local 2012” – que traz uma revisão das ações locais de todo o mundo desde a Rio-92. E, ainda, um guia para grandes eventos sustentáveis, que servirá de apoio para os governos locais na preparação para a Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas de 2016.

Um dos principais pontos destacados da “Mensagem para a Rio+20” é a necessidade de que os chefes de Estado e Governo de todo o mundo reconheçam que os governos locais são condutores particularmente eficazes para o desenvolvimento sustentável e que este é o século das cidades, em que nos próximos 40 anos a expansão da capacidade urbana será equivalente ao que ocorreu nos últimos 4.000 anos, apresentando desafios sem precedentes e oportunidades para redesenhar e transformar a nossa futura vida urbana. Para conhecer o conteúdo completo do documento, acesse o endereço <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=66053&pldPlc=&app=salanoticias>.

Rio+20 foi um sucesso, avalia Ban Ki-moon

No dia 28 de junho, durante encontro na sede da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em Nova York, o Secretário-Geral Ban Ki-moon fez uma análise da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Para ele, o resultado foi muito claro: a Rio+20 foi um sucesso. “No Rio, vimos a evolução de um movimento global inegável para a mudança. Mais de 100 Chefes de Estado ou de Governo estiveram representados na Conferência e muitos outros envolvidos diretamente a partir de suas capitais. E a sociedade civil e o setor privado tiveram um papel sem precedentes”, declarou.

Segundo ele, a aprovação do documento final – “O Futuro que Queremos” – representa uma vitória importante para o multilateralismo, depois de meses de difíceis negociações, fornecendo uma base sólida para construir um futuro sustentável. “Eu agradeço à Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, e sua equipe pela liderança e pela diplomacia que nos trouxe a esta conclusão frutífera e também aos muitos membros da Assembleia Geral, cujos negociadores estavam trabalhando dia e noite com um senso de flexibilidade e compromisso”, ressaltou.

O Secretário-Geral da ONU salientou que há muitos destaques no documento final acordado entre as nações, listando entre eles sete principais:

- 1º) A Rio+20 renovou e reforçou o compromisso político para o desenvolvimento sustentável, reconhecendo a pobreza como o maior desafio para o bem-estar econômico, social e ambiental;
- 2º) Os Estados-Membros concordaram em lançar um processo para

estabelecer Objetivos Universais de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

- 3º) O documento enfatiza a importância da igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres, uma prioridade fundamental para o desenvolvimento sustentável;
- 4º) As parcerias, com participação ativa e apoio de todos os principais grupos da sociedade civil, incluindo o setor privado;
- 5º) O documento final concorda em fortalecer a arquitetura para apoiar ações internacionais para o desenvolvimento sustentável, o que inclui o estabelecimento de um fórum político de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA).
- 6º) A Rio+20 adotou um quadro de dez anos de Programas sobre o Consumo e a Produção Sustentáveis, reconhecendo a necessidade de ir além do Produto Interno Bruto (PIB) como uma medida do progres-

so e o papel que a economia verde pode desempenhar na redução da pobreza, no crescimento econômico e na preservação ambiental; e

- 7º) A Conferência reconheceu o direito à alimentação e a importância da segurança alimentar e nutricional para todos, que podem ser alcançados através da agricultura e dos sistemas alimentares sustentáveis.

Em seu discurso, Ban Ki-moon salientou que o desenvolvimento sustentável é sobre pessoas – o bem-estar dos indivíduos, famílias, comunidades e nações. “Assim, a Rio+20 nos deu uma nova chance: não foi um fim, mas um novo começo – um marco em uma jornada essencial, reafirmando os princípios essenciais para o desenvolvimento sustentável, demonstrando os avanços em uma série de questões setoriais e institucionais e trazendo novos compromissos a partir de uma ampla gama de parceiros”, resumiu. Para o Secretário-Geral da ONU,

agora começa o trabalho. “Nós temos as ferramentas. Portanto, vamos usá-las para tornar este mundo sustentável para todos”.

O FUTURO QUE QUEREMOS

O Documento final da Rio+20, intitulado “O Futuro que Queremos”, já está disponível no site da ONU, nos seis idiomas oficiais: inglês, espanhol, francês, russo, chinês e árabe. Acordeado por 188 países, o documento, com 60 páginas, dita o caminho para a cooperação internacional sobre desenvolvimento sustentável (incluindo os compromissos nas áreas de recursos hídricos e saneamento).

O documento figura como anexo à Resolução nº 66/288, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em sua 123ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de julho de 2012. Para ter acesso completo ao seu conteúdo, acesse o link: <http://www.uncsd2012.org/thefuturewewant.html>.

CONAMA TAMBÉM ANALISA RESULTADOS

Durante a 107ª Reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), realizada dia 12 de setembro, um painel reunindo a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o negociador chefe do Brasil, embaixador André Corrêa do Lago, analisou os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Segundo os debatedores, a Rio+20 estabeleceu um processo para se definir um novo parâmetro de indicador de desenvolvimento que levará em conta as questões ambientais.

“Os indicadores de desenvolvimento, como o indicador maior que é o PIB – Produto Interno Bruto (a soma de riquezas produzidas por cada país), não traduzem, em termos de riqueza e de custos, aquilo que é apropriação das questões ambientais”, afirmou a ministra Izabella Teixeira. “Assim, reconheceu-se na Rio+20 a necessidade de se

desenvolver uma nova métrica e foi instituído um processo para isso no âmbito da Comissão de Estatística da ONU, uma das decisões que poucas pessoas entenderam a envergadura”.

Para o embaixador André Lago, o impacto da Rio+20 “não é a Conferência em si, mas sim a agenda e prioridades que ela estabelece para os próximos anos”. Segundo ele, foi muito importante que o Brasil marcasse a relevância do papel da sociedade civil no plano da sustentabilidade, porque, no fundo, a sociedade civil pode ir mais rápido do que os governos. “O que a Rio+20 fez foi abrir uma série de processos e redirecionar as ações. O documento da Rio+20 tem um impacto de mudança enorme e a continuidade disso vai depender de vontade política e da participação da sociedade civil”, enfatizou.

RJ discute governança das águas e Comitês de Bacias



Governança das águas através de organismos colegiados: avanços e desafios” foi o tema do encontro, promovido pelo Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA), no âmbito da Rio+20. Essa foi a primeira vez, em três anos, que representantes dos nove Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) fluminenses participaram de um debate, com a presença do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI).

O seminário, realizado no dia 21 de junho, foi organizado pela Diretoria de Águas e Território – Gerência de Gestão Participativa (DIGAT/GE-AGUA) com o objetivo de expor um pouco mais os trabalhos realizados pelos colegiados, além de provocar nos presentes uma reflexão sobre os rumos da gestão das águas no Rio de Janeiro e no Brasil. A mesa de abertura do evento contou com a presença do Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu (leia mais na página 16); do Subsecretário-Executivo da Secretaria do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA), Luiz Firmino Martins Pereira; e das representantes do INEA, Denise Marçal Rambaldi, Vice-Presidente; Rosa Formiga, Diretora de Gestão das Águas e do Território; e Gláucia Sampaio, Gerente de Apoio à Gestão das Águas.

O Governo do Rio de Janeiro considera que tem avançado bastante no Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHI), já que o Estado possui nove Comitês instalados – nas dez regiões hidrográficas de sua abrangência – e pretende, em 2013, contratar delegatárias para todos os colegiados. Para o INEA, a presença de uma Agência é importante porque oferece apoio técnico e operacional, levando mais inspiração e empreendedorismo aos CBHs na sua luta pela proteção e recuperação das águas.

O CEIVAP encerrou o painel dedicado aos CBHs, representado na ocasião por Zeila Piotto, Coordenadora da Câmara Técnica Consultiva, e Maria Aparecida Vargas, membro titular

Evento reuniu representantes dos nove CBHs fluminenses, com participação do CEIVAP

Entre os desafios do sistema elencados pelo Instituto está a aplicação da arrecadação da cobrança pelo uso da água, cujo processo ocorreu de forma inversa de outros Estados – uma vez que no Rio de Janeiro primeiro implantou-se a lei para depois montar a estrutura necessária para a utilização dos recursos. “Temos hoje um saldo em torno de R\$ 100 milhões na conta do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), subdivididas nas contas dos Comitês, e toda a dificuldade para gastar esse dinheiro porque o colegiado tem de decidir sua aplicação, de acordo com o Plano de Bacia Hidrográfica (PBH). Ocorre que, às vezes, existe uma prioridade na bacia, mas o CBH não tem o plano de investimento ou a prioridade não se encaixa 100% no PRH”, explica Luiz Firmino Martins Pereira.

O Subsecretário afirma que, embora R\$ 100 milhões pareça muito dinheiro, os Comitês não têm muito para gastar, com exceção do Guandu que arrecada cerca de R\$ 18 milhões por ano. Além disso, a lei obriga o Comitê a investir 70% da arrecadação em saneamento, sobrando 30% para aplicar em planos de bacia, estudos, pesquisas, ciência e tecnologia. Um Comitê que arrecada R\$ 1 milhão/ano terá apenas R\$ 300 mil para gastar com o restante. Mas, existem outras saídas e por menos que se arrecade numa bacia o Comitê pode usar o montante para alavancar recursos de outras fontes, como o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) ou o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), que tem disponível cerca de R\$ 300 milhões/ano, recursos oriundos, entre outros, de 5% dos royalties do petróleo, atribuídos ao Estado do Rio de Janeiro, bem como do resultado de multas administrativas aplicadas e condenações judiciais por irregularidades constatadas pelos órgãos fiscalizadores do meio ambiente.

Outro avanço observado no Rio de Janeiro é a elaboração do primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos que pretende ser diferenciado dos outros modelos estaduais, porque além de diagnóstico, prognóstico e um plano de ação, estão sendo desenvolvidos sete estudos estratégicos

em nível estadual para aprofundar temas prioritários como, por exemplo, o efeito sinérgico de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), problemas da intrusão salina, disponibilidade hídrica e proteção dos mananciais para abastecimento público, entre outros.

A Diretora de Gestão das Águas e do Território, Rosa Formiga (foto abaixo), disse que a maior parte das regiões hidrográficas do Estado já dispõe de um plano e destacou que o CEIVAP está contratando o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (PIRH) – estudo global para toda a bacia, compreendendo também os Estados de São Paulo e Minas Gerais – e os Planos de Ação de Recursos Hídricos (PARHs) das bacias afluentes. “No contexto do cenário nacional, pode-se dizer que o Estado do Rio de Janeiro encontra-se em estágio bastante avançado, mas reflexões se fazem necessárias: o que estamos fazendo para garantir a sustentabilidade das águas, em termos quali-quantitativos? Como vamos garantir água para a geração atual e futura? O que fazer para minimizar desastres relacionados a inundações? Como garantir a integridade dos ecossistemas aquáticos? Em suma, é preciso se perguntar o que estamos realmente realizando para fazer a diferença em termos de proteção, conservação e recuperação dos recursos hídricos”, questiona.

Rosa Formiga afirmou que outorga, sistema de informação e enquadramento são os instrumentos de gestão que necessitam de maior avanço no Estado. Ressaltou também a profunda dependência do sistema de gestão das águas com outros setores e disse que a articulação é extremamente necessária para conseguir avançar, pois não há como pensar em água em quantidade e qualidade sem observar o uso e a ocupação do solo (como a ocupação desordenada de margens de rios) e se preocupar com outras questões que, via de regra, passam ao largo das agendas atuais dos Comitês. “Por isso, o tema desse encontro é governança: um convite para sair do usual dos instrumentos de gestão e do ‘quadradinho’ do sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Nós precisamos tomar responsabilidade, aprender mais,



FOTOS: MÔNICA DA COSTA/TEXTOARTE

O seminário foi organizado pela Diretoria de Gestão das Águas e do Território/INEA e reuniu representantes dos nove Comitês Fluminenses de Bacias Hidrográficas, além do CEIVAP. Durante todo o dia, os CBHs fizeram rápidas apresentações de sua estrutura, área de atuação, investimentos e ações deflagradas

tos de Gestão com o INEA. O CEIVAP foi representado pela Coordenadora da Câmara Técnica Consultiva, Zeila Piotto (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP), e por Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (Energisa Soluções S.A.). Na apresentação, Maria Aparecida falou sobre as questões institucionais do Comitê e Zeila apresentou um balanço da arrecadação da cobrança pelo uso da água e dos investimentos na bacia.

Após a apresentação do CEIVAP, aconteceu a Mesa-Redonda “Governança das Águas”, com palestra proferida por Rodrigo Flecha, Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), seguida de debates com as participações de Luiz Firmino, Rosana Garjulli da Costa, Especialista em Gestão Participativa, e Karla Monteiro Matos, Coordenadora da Agenda 21 – INEA. Os debatedores abordaram diversas questões – em especial a implantação da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – e traçaram, entre as principais metas a serem alcançadas, o aprimoramento dos processos regulatórios, a diversificação dos instrumentos de cobrança e o estabelecimento legal de projetos de saneamento para as áreas rurais. Lembraram ainda que o caráter executivo da governança depende da governabilidade, resultado de políticas públicas eficientes e cujo poder concedido aos organismos colegiados é peça-chave neste processo.

Em sua palestra, Rodrigo Flecha fez uma apresentação geral da situação dos recursos hídricos no Brasil. De acordo com ele, a faixa litorânea é a maior responsável pela poluição das águas. O Brasil coleta cerca de 60% dos esgotos domésticos e, desses, entre 45% a 50% são tratados,



nos apropriar mais dos assuntos da bacia; no contexto atual de limitadas capacidades técnicas e operacionais, precisamos ser empreendedores, proativos e criativos para poder ir adiante e realmente conseguir resultados efetivos”, conclui.

GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE

Antes da apresentação do CEIVAP, a Diretora Rosa Formiga lembrou que na véspera, dia 20 de junho, a Agência de Bacia (AGEVAP) havia completado dez anos de atividades e parabenizou toda a equipe, representada na ocasião pelo Diretor-Executivo Interino, Flávio Simões. Além do CEIVAP, a AGEVAP é Agência Delegatária dos quatro Comitês Afluentes do rio Paraíba do Sul, no trecho fluminense, e do Comitê Guandu, por meio de Contra-



MÔNICA DA COSTA/TEXTOPARTE

gerando um índice de tratamento de esgoto da ordem de 25% a 30% no país, observando que a questão das áreas densamente ocupadas é muito importante. Quase 85% da população vive hoje em áreas urbanas e o número de habitantes deve estabilizar-se em 230 milhões, entre os anos de 2030 e 2035, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atualmente, a demanda de água urbana é de 480 m³/s e a projeção para o período é de que aumente para 630 m³/s. “Além disso, conforme o Atlas de Abastecimento Urbano da ANA, 55% dos sistemas de abastecimento de água requerem ampliação ou um novo manancial; então, esse é um desafio presente”, afirma Flecha.

Segundo ele, os atuais desafios estão apontando para uma nova forma de pensar e elaborar os Planos de Recursos Hídricos (PRH), pois atualmente os PRHs têm sido trabalhados de uma forma errada. “Sabendo que a água é um dos grandes fatores para o ordenamento territorial, deve-se respeitar essa complexidade. O estabelecimento de uma unidade de planejamento e gestão não pode ser visto somente como uma coisa específica ao setor de recursos hídricos. Nós temos de alcançar as políticas setoriais, sobretudo, articular com essas políticas intervenientes e su-

pervenientes no que diz respeito ao desenvolvimento territorial e regional”, diz.

Para o Superintendente da ANA, as grandes questões de governança e governabilidade entram em evidência quando a água não pode ser mais vista como um setor específico, mas de uma maneira abrangente e transversal. De acordo com ele, tem de haver interação entre governança pela gestão das águas e governabilidade sobre as questões de recursos hídricos: governança entendida como a interação indispensável e participativa entre todos os atores, para gerar processos decisórios importantes; e governabilidade como a relação de causa e efeito, ou seja, controle mais efetivo, definindo metas, estabelecendo indicadores e passos a serem dados. “A governança tem sido muito mais debatida do que a própria governabilidade. Não podemos mais correr o risco de sairmos por aí montando modelos institucionais para funcionar por si mesmos. Os Comitês não são um fim em si mesmos; eles têm de ter uma estratégia”, observa.

Rodrigo Flecha lembrou que o assunto governança também foi muito debatido no 6º Fórum Mundial das Águas – realizado em março, na França – e que existem diversas visões sobre o tema, mas que não vale a pena ficar discutindo, senão esse concei-

Os debatedores Karla Monteiro Matos (Coordenadora da Agenda 21 – INEA), Luiz Firmino Martins Pereira (Subsecretário-Executivo da Secretaria de Estado do Ambiente), Rodrigo Flecha (Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da ANA) e Rosana Garjulli da Costa (Especialista em Gestão Participativa)

to vai acabar se desgastando. Para ele, o que tem de ser feito é construir arranjos institucionais para problemas específicos e enfrentar esses problemas acoplando a questão da governabilidade. “Se essa boa governança é indispensável, nós temos de discutir uma estratégia mais interinstitucional e pragmática, de tal forma que as questões de recursos hídricos possam ser inseridas nas políticas setoriais, nos ministérios e secretarias estaduais”, diz. Ele acredita que os PRHs não devem mais ser conduzidos como uma ação exclusiva sob a direção de Ministérios próprios e/ou do Ministério do Meio Ambiente, de forma a submeter os demais Ministérios, e, por isso, essa abordagem deve ser mudada. Tomando como exemplo o Plano de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, que está sendo elaborado, o Superintendente sugeriu ao INEA colocar todos os Secretários de Estado em volta de

uma mesa para construir e aprovar as políticas setoriais e criar um Programa de Governo.

O Superintendente contou que a ANA já fez Planos de Recursos Hídricos para mais de 50% do território brasileiro, mas que a implementação e a efetividade desses planos são um caso à parte, porque o setor de recursos hídricos não possui recursos financeiros significativos, sendo, sobretudo, um setor que visa uma abordagem múltipla dos usos da água. “Nós temos de bater nas portas das políticas setoriais, pois não é possível implementar um PRH e ficar gastando uma energia enorme discutindo a cobrança pelo uso da água e arrecadando R\$ 100 mil reais/ano ou R\$ 1 milhão/ano, sem considerar que os preços unitários praticados precisam ser reavaliados”, enfatiza.

Hoje, o Brasil possui quase 170 Comitês de Bacias Hidrográficas instalados e muito poucos têm pauta. “Às vezes o Comitê se conforma com o fato de ter um escritório de

apoio e uma determinada cobrança que garanta essa estrutura. Mas, Comitê é muito mais do que isso: ele tem de definir prioridades de uso da água, prioridades de outorga, áreas especiais de proteção de recursos hídricos, coisas que nunca nenhum Plano definiu ainda”, lembra. Rodrigo Flecha explicou que os Comitês têm uma ferramenta muito importante, que é o ordenamento das águas, e devem começar a discutir essa alocação de águas de forma quali-quantitativa, informando também que a ANA está tentando discutir esse tema com alguns Comitês Interestaduais (de rios de domínio da União).

Sobre o CEIVAP, o Superintendente afirmou que é preciso refletir muito sobre a sua atuação e que com 16 anos de atividades é necessário rever e atualizar a pauta. Para ele, este é um bom momento, pois está em andamento a contratação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (PIRH) e dos Planos de Ação de Recursos

Hídricos (PARHs). “Convergir as pautas dos Comitês Afluentes e do Comitê de Integração é o que o Paraíba está precisando. Os quatro CBHs fluminenses e os dois CBHs mineiros não conversam muito com o CEIVAP e conversam muito menos ainda com o CBH paulista, que está do lado de lá. Vamos ver se com o PIRH e os PARHs teremos oportunidade de avançar”, propõe.

Outro problema que ele vê no CEIVAP é com relação às Demandas Induzidas e à grande quantidade de Demandas Espontâneas. “A Agência de Bacia (AGEVAP) está com mais de 150 processos administrativos para gerenciar, o que consome uma energia enorme. Isso podia ser diferente caso nós tivéssemos um Plano de Aplicação Plurianual, uma aplicação com escala. Por isso, devemos fortalecer a estrutura da Agência, mas temos de buscar a economia de escala na aplicação dos recursos para ganhar velocidade nos gastos, certamente com qualidade”, finaliza.

Reativação do Fórum Fluminense dos CBHs foi um dos principais resultados do encontro

Após a Mesa-Redonda sobre o tema “Governança das Águas”, foram apresentadas propostas para a estruturação de planos setoriais que definirão futuras deliberações para políticas públicas de uso e gestão das águas.

Entre elas, o INEA anunciou a ampliação do Programa de Educação Ambiental “Agenda Água nas Escolas”, criado em 2008 com o objetivo

de fortalecer a Política de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro. Assim, foram assinados três novos convênios com o Instituto Ipanema (organização voltada à geração e disseminação de informações para políticas públicas, gestão e conservação sustentável dos recursos naturais), sendo signatárias dos contratos a Diretora Rosa Formiga, a Gerente Gláucia Sampaio

e a Presidente do organismo, Ninon Machado (que faleceu no último dia 11 de setembro).

Já a reativação do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas foi o último item da agenda, iniciativa que contou com a presença da Presidente do CERHI, Luiza Cristina Krau de Oliveira, e do Coordenador-Geral do Fórum Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográficas, Mário Dantas.

FOTOS: MÔNICA DA COSTA/TEXTOPARTE



A reativação do Fórum Fluminense dos CBHs e a ampliação do Programa “Agenda Água nas Escolas”, com a assinatura de três novos convênios com o Instituto Ipanema (à direita), foram alguns dos principais resultados do encontro

Palavra de ordem: a água precisa de uma “casa própria” no âmbito da ONU

No escopo da governança brasileira, há duas questões relevantes: dar efetividade aos Planos de Bacias Hidrográficas como indutores da aplicação dos recursos disponíveis em diversos orçamentos e tornar realmente a cobrança pelo uso da água um elemento virtuoso para os recursos hídricos e o meio ambiente de nosso país

Uma palestra do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, foi um dos destaques da abertura do evento “Governança das Águas através de Organismos Colegiados”, realizado durante a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20. Falando aos representantes dos Comitês de Bacias Hidrográficas Fluminenses e do Sistema CEIVAP/AGEVAP, ele abordou diversos aspectos da temática – especialmente a contribuição do governo brasileiro para a consolidação das diretrizes de ação em nível global e os mais importantes desafios para a governança das águas no Brasil.

Confira abaixo os principais pontos dessa apresentação.

PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NA ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES DE AÇÃO CONSTANTES NO DOCUMENTO FINAL DA RIO+20, ESPECIALMENTE NO QUE CONCERNE AO TEMA “ÁGUA” Fizemos um esforço na ANA para tentar fazer com que o documento, a partir da primeira contribuição brasileira, pudesse ter uma abordagem mais forte e firme em relação à questão da água, particularmente no tema “governança”, com foco especial para a “governança global da água”. Nesta contribuição, elencamos três enfoques fundamentais para a Rio+20.

“ Nós já sabemos o que temos de fazer em relação à questão da água, aqui no Brasil, e vamos continuar perseverando no fortalecimento do nosso Sistema Nacional de Recursos Hídricos ”

O primeiro, fazer com que o tema “água” tenha uma “casa própria” no âmbito das Nações Unidas, o que hoje não existe. Atualmente, há diversas organizações e programas (quase meia centena) que tratam sobre questões ligadas aos recursos hídricos, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Agência Econômica ou a Organização Meteorológica Mundial (OMM), porém em todos eles o tema ocupa apenas um quatinho da casa principal. Assim, defendemos a tese de que é necessário que a água tenha uma casa própria no âmbito da ONU em nível de governo, no sentido de buscar fazer com que o nosso tema – que é muito transversal, e às vezes por isso perde a identidade – também obtenha uma verticalidade, propiciando contribuições para o planejamento dos outros setores intimamente ligados a ele, como Meio Ambiente, Agricultura e Energia, por exemplo. A segunda tese é a do Pagamento por Serviços Ambientais para a margem dos rios, não só em nível nacional, mas para tentar criar uma experiência em nível global. E o terceiro é a retomada da discussão sobre os reservatórios no Brasil, inclusive para fazer frente ao processo de mudanças climáticas, pois a variação do clima implica na variação do ciclo hidrológico, com chuvas ou secas mais intensas. Assim, entendemos que o melhor mecanismo para enfrentar esses eventos seria o aumento da reserva para a segurança hídrica e até mesmo para a geração de energia elétrica ou de alimentos para abastecimento. Fizemos um esforço para que esses temas fossem discutidos no 6º Fórum Mundial da Água e as resoluções tomadas neste evento, que contou com uma grande participação do Brasil, foram trazidas, de forma mais ampla, para a Rio+20, além das questões tradicionais como acesso à água potável e saneamento.

EXPECTATIVAS QUANTO À EVOLUÇÃO DESTA TEMA EM NÍVEL GLOBAL Tínhamos uma grande expectativa de que a Rio+20 pudesse

avançar um pouco nessa questão e o fato de conseguirmos aprovar um documento mantendo os compromissos dos países em torno do tema é muito relevante. E aí vai o mérito para a diplomacia e esforço do governo brasileiro, pois uma maneira de enfraquecer a Rio+20 era, sem dúvida nenhuma, ter um documento frágil; mas, uma outra maneira ainda mais forte de enfraquecer uma conferência dessa natureza era não ter documento nenhum. Então, o fato de termos um documento final, mesmo não sendo aquele que gostaríamos, é a questão principal – até mesmo porque, em certa medida, nós sabemos o que precisamos fazer. Os documentos nos auxiliam, dão um referencial, possibilitam uma certa harmonização das políticas em nível global, mas nós já sabemos o que temos de fazer em relação à questão aqui no Brasil e vamos continuar perseverando no fortalecimento do nosso Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

Assim, começo agora a ficar mais animado e já estou trabalhando com esse conceito pós Rio+20, mas sem ficar esperando que os outros definam o que precisamos fazer, pois temos grandes desafios e um sistema muito interessante para trabalhar, muito embora vamos continuar buscando tratar em nível global as articulações desses três temas fundamentais, elencados anteriormente. É evidente que vamos ter muita dificuldade – uma vez que nem o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que já é um órgão histórico, conseguiu ir muito além. Mas, vamos perseverar e nossa palavrinha de ordem é essa: a água precisa de uma casa própria no âmbito da ONU; não dá para ficar morando no quatinho do fundo em relação aos outros temas, porque assim acabará não tendo a identidade que precisa ter.

PONTOS RELEVANTES PARA A GOVERNANÇA DA ÁGUA NO BRASIL

No escopo da governança brasileira, há duas questões que considero relevantes. A primeira são os Planos de Bacias Hidrográficas, não só dos Comitês Estaduais, mas dos CBHs nacionais: o que vamos fazer com

os planos que estamos construindo? Temos hoje 51% do território brasileiro coberto por Planos de Recursos Hídricos (PRHs), cujo mérito é integrar os diversos planejamentos setoriais sobre a ótica das disponibilidades de demandas de recursos hídricos. Então, numa determinada bacia hidrográfica você tem traçadas as estimativas de crescimento demográfico e econômico, as projeções de energia, de irrigação e de saneamento, ou seja, todos os elementos econômicos cujas informações são fornecidas pelos próprios setores envolvidos e, a partir daí, construímos um Plano de Bacias. Mas, o que tem acontecido é que, muito embora os PRHs sejam construídos dessa forma sistêmica, eles não são enxergados na hora da aplicação (nem mesmo por aqueles que ajudaram a contribuir para seu planejamento) e as ações acontecem de uma forma absolutamente ocasional. Nossa bandeira hoje, portanto, é dar efetividade aos PRHs para que sejam enxergados pelo poder público como um elemento indutor e até determinante de orientação da aplicação dos recursos disponíveis em diversos orçamentos, tanto federais quanto estaduais.

A segunda, mais polêmica, é a cobrança pelo uso da água. Tenho muita simpatia pelo modelo que foi adotado pelo Estado do Rio de Janeiro, que no meu entender poderia ser utilizado em todo o Brasil. No debate para a sua construção, uns três anos atrás, eu dizia o seguinte: além das questões didáticas, um dos princípios da cobrança é ser um sinal do valor econômico da água. Só que no caso brasileiro isso produz duas grandes distorções, que não são pequenas. Um dos aspectos contraditórios é que onde existe maior escassez de água, ou seja, nas regiões mais pobres, se transformamos a água em um indicador econômico como diz a lei (incluindo, portanto, até o valor da sua ausência), teríamos de cobrar muito mais caro. O outro é que imaginávamos que a cobrança poderia ser um elemento que pudesse apresentar também as diferenças regionais de disponibilidade, ou não, de água, mas o que tem acontecido é

que o valor da cobrança tem sido quase um padrão em nível nacional. Assim, se na prática esse valor é homogêneo, por que não definir isso em lei? Ou seja, por que não definir um valor pelo uso da água para todo o país, já que esse valor retorna automaticamente para os Comitês? No entanto, se os CBHs, em função de algumas especificidades, quiserem definir valores diferentes que o façam, mas isso aplicado a um valor mínimo estipulado em nível nacional. A questão primordial é que ao não querer a cobrança pelo uso da água, geramos uma situação que é absolutamente perversa, pois embora a água no Brasil seja pública, a aplicação de alguns dos seus modelos acaba transformando o acesso à água em uma questão privada. E somos contra a privatização da água no Brasil.

QUESTÕES-CHAVE PARA CORRIGIR DISTORÇÕES

Uma questão-chave é a aplicação destes recursos pelo setor privado, o que tem nos criado grandes dificuldades. Acho que é muito injusto que o mesmo participe da cobrança, pague e depois não possa usufruir dos recursos arrecadados por meio da aplicação desses recursos em seus projetos. É como se você participasse de um condomínio em que não pudesse ter acesso aos serviços prestados. Então, temos feito um grande esforço em colocar o setor privado também em condições de receber esses recursos e, para isso, fizemos um convênio com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) para tentar criar um mecanismo que possibilite este acesso.

Uma outra questão fundamental é a aplicação dos recursos efetivamente. Nós temos que nos esforçar nessa direção! O fato de existir dinheiro em caixa nos Comitês de Bacias infelizmente é o fracasso da nossa política e tem sido inclusive o motivo para alguns setores defenderem o fim da cobrança, por questionarem a realidade atual. Cobrar para quê? Para deixar no banco? Portanto, temos de fazer um esforço muito grande no sentido de buscar a aplicação dos nossos recursos e isso vai exigir da nossa parte uma mudança de cultu-

ra. Em geral, nos CBHs, os setores usuários que contribuem querem ver parte dos recursos aplicados em seus projetos e aí, via de regra, há sempre uma fragmentação na aplicação desses recursos. Ou seja, não investimos nas ações identificadas como prioritárias nos próprios Planos de Bacias, pulverizando os recursos disponíveis em diversas outras ações. E, por ser muito fragmentado, acabamos encontrando muitos probleminhas que, acumulados, levam o dinheiro a não ser aplicado. Por isso, a ANA tem estimulado que os Comitês de Bacias mudem a forma de deliberação, aprovando Planos Plurianuais de Investimentos com propostas estruturadas ao invés de Planos de Aplicação Anuais que privilegiam ações de varejo.

VISÃO DE FUTURO Precisamos mudar a nossa cultura e dizer o seguinte: se nesse momento, muito embora eu esteja pagando, o prioritário em termos de ações na nossa bacia é investir aqui, então devemos concentrar nossos esforços nesta ação e resolver todos os problemas, inclusive jurídicos. Porque senão um tomador tem um probleminha e não consegue gastar, um segundo tem um outro problema e também não consegue gastar, aí o problema, que é o principal, acaba não sendo resolvido e a gente olha e fala: não conseguimos resolver muita coisa.

Precisamos, portanto, olhar para o Plano de Bacia e ver qual é a prioridade e nos próximos três, quatro, cinco anos investir nisto. Depois novamente vamos ver qual é a próxima prioridade e aplicar efetivamente nossos recursos. Enfim, não gastar de qualquer jeito, mas aplicar bem para que esse importante instrumento econômico que é a cobrança – mal compreendido e criticado por aqueles que não querem cobrança e não querem gestão, mas o único no Brasil onde a União ou o Estado delegam ao ente cobrar em seu nome, definir o valor e aplicar em seu nome – torne-se realmente um elemento virtuoso para os recursos hídricos e o meio ambiente de nosso país.

Estamos no caminho certo e nós vamos perseverar e vencer essa luta!

Rio+20 e os avanços na bacia do Paraíba do Sul

Representantes do CEIVAP traçam um paralelo da evolução da gestão de recursos hídricos nos últimos 20 anos

Toda essa movimentação mundial em torno das questões de sustentabilidade tiveram início com a criação do próprio termo, utilizado pela primeira vez, em 1980, por um organismo privado de pesquisa – a Aliança Mundial para a Natureza (UICN). Em 1987, o conceito apareceu em um informe realizado pela ex-primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland para a Organização das Nações Unidas (ONU), no qual se dizia que um desenvolvimento é duradouro quando “responde às necessidades do presente sem colocar perigo às capacidades das gerações futuras para fazer o mesmo”.

Os vinte anos passados entre a realização da Eco-92 e da Rio+20 suscitaram diversos artigos que buscavam identificar avanços ou retrocessos nos temas propostos pela ONU. Tentando traçar um paralelo semelhante com a gestão das águas na bacia do rio Paraíba do Sul, a Revis-

ta do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) também quis ouvir as opiniões dos representantes do Estado, da Sociedade Civil Organizada e dos Usuários, membros da diretoria, sobre os avanços e desafios ocorridos nesse mesmo período.

PRESIDENTE Edson Giriboni

Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, representante do Estado

A Eco-92 teve fundamental importância uma vez que, ao consagrar o conceito de desenvolvimento sustentável, contribuiu para ampliar a consciência sobre os danos causados ao meio ambiente e as diferentes parcelas de responsabilidades, seja dos países ricos ou em desenvolvimento. A partir de 92, ficou mais evidente a necessidade de os países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e

tecnológico para avançarem na direção do desenvolvimento sustentável. Aquele momento político mundial favoreceu a aceitação pelos países desenvolvidos de princípios como os de responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Apesar de a opinião pública sobre a Rio+20 em 2012 sinalizar que não houve avanço significativo quanto aos compromissos de cada país para a sustentabilidade do planeta, ao nosso ver, o mundo não mais está cego.

O Estado de São Paulo, nos últimos 20 anos, mantém coerência e consistência nas decisões políticas que afetam diretamente o meio ambiente.

Conforme Relatório de Qualidade de Águas Interiores da CETESB em 2011, a porcentagem de coleta dos esgotos na parte paulista da Bacia do Paraíba do Sul é de 88%, enquanto o tratamento é de 59%. Há 20 anos, o tratamento de esgotos era de 19%. Agora, a meta já é a universalização dos serviços de saneamento até o fim desta década para todo o Estado. Um avanço arrojado, mas trabalhado passo a passo, de forma ponderada e consistente.

O que muito contribui para a mudança dessa perspectiva são os investimentos feitos em estações de tratamento de esgotos como a ETE Lavapés e Pararangaba, em São José dos Campos. Todas as cidades do Vale do Paraíba a jusante dessas ETEs serão beneficiadas com a melhora da qualidade da água. Outras obras de destaque são as estações de tratamento Taubaté-Tremembé, Araretama, Campo do Galvão, Vila Branca, Bandeira Branca, Meia Lua, São Silvestre, ETE 22 de Abril, Guararema e a ETE Central de São Luiz do Paraitinga, abrangendo os municípios de Tremembé, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Jacareí, Guararema e São Luiz do Paraitinga.

Embora considerada “boa”, segundo o relatório, a água do trecho paulista do Paraíba do Sul tem problemas, como em Aparecida, com carência de tratamento. Por meio do Programa Água Limpa, implementado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Aparecida terá 100% de seus esgotos tratados até o fim deste ano – graças a um investimento de R\$ 18 milhões na construção do sistema de esgotamento sanitário para a cidade. A SABESP, responsável pelo saneamento de 24 municípios no Vale do Paraíba, tem investimentos de R\$ 519,5 milhões em esgotos na região para o período de 2011 a 2014.

Embora seus recursos não sejam vultosos, o FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos – é outro avanço de São Paulo a fim de garantir o desenvolvimento de projetos que visem à preservação dos recursos naturais. O rio Paraíba

“O Estado de São Paulo, nos últimos 20 anos, mantém coerência e consistência nas decisões políticas que afetam diretamente o meio ambiente. Conforme Relatório de Qualidade de Águas Interiores da CETESB em 2011, a porcentagem de coleta dos esgotos na parte paulista da Bacia do Paraíba do Sul é de 88%, enquanto o tratamento é de 59%. Há 20 anos, o tratamento de esgotos era de 19%.”

Edson Giriboni
Presidente

do Sul também muito já se beneficiou desse fundo.

A decisão política de cuidar do meio ambiente está tomada e os investimentos vêm sendo feitos. A conscientização da sociedade, por meio da educação ambiental, também é fator determinante para que sejam definitivamente amarradas as intenções dos eventos de 1992 e 2012 a atitudes coerentes que correspondam à necessidade de preservação do meio ambiente.

VICE-PRESIDENTE

Marília Carvalho de Melo

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais / Instituto Mineiro de Gestão das Águas, representante da Sociedade Civil Organizada

Sabemos que a bacia do rio Paraíba do Sul é modelo para as demais bacias do país na implementação dos instrumentos do Sistema de Gestão. O CEIVAP em suas formações anteriores antecede à Rio-92. A bacia do Paraíba do Sul, como as demais no país, tem como principal problema o alto índice de lançamento de esgotos não tratados diretamente em seus corpos d'água, confirmados pela análise de sua série histórica. Problema este identificado nos três Estados, SP/RJ/MG.

Com a Eco-92 podemos identificar um despertar na vontade de uma busca para uma melhor condição de vida. O destaque se dá à Agenda 21, que traz aos municípios um importante papel na gestão da sustentabilidade do território. No âmbito estadual, pós 92 houve um acréscimo de regulamentações normativas e instâncias de gestão das águas e consequente regulamentação de vários instrumentos de gestão.



Edson Giriboni



Marília Carvalho de Melo



Alexandre Nascimento da Silveira

FOTOS: GISELA SANCHES/TEXTOARTE

“Entre os grandes desafios do sistema hoje se destaca o ganho de eficiência nas aplicações, posto que enfrentamos dificuldades na elaboração de projetos e no cumprimento de prazos. Devemos buscar o desenvolvimento de mecanismos que viabilizem a participação do setor privado como tomador e que se possa avaliar o resultado alcançado pelas ações, efetivamente no ganho de qualidade da água, além da “performance” financeira.”

Alexandre Silveira
Secretário

Fazendo um balanço no período de tempo decorrido entre a Eco-92 e a Rio+20 podemos identificar na bacia do rio Paraíba do Sul um grande avanço no sentido de organização institucional dos poderes públicos estadual, municipal e da sociedade civil. Especificamente na parte mineira da bacia podemos identificar que a forte mobilização tem se mostrado eficaz, possibilitando que os municípios tenham benefícios expressivos. Somos hoje o Estado com maior investimento de recursos da cobrança pelo uso da água, fruto da organização e poder de articulação dos municípios de MG na Zona da Mata. Estes recursos têm sido investidos especialmente em projetos e obras de estação de tratamento de esgotos – o que para uma bacia na qual se identifica como o maior problema a questão de contaminação por esgotos domésticos mostra que a gestão na parte mineira está acontecendo de forma orientada e com conhecimento de seus problemas.

O FHDRO, Fundo Estadual de Recursos Hídricos de MG, também tem contribuído com esta melhoria e temos identificado investimentos casados do CEIVAP/FHDRO/Ministérios em alguns municípios mineiros da bacia, o que demonstra que estamos conseguindo transmitir o espírito da gestão, onde o recurso da cobrança pelo uso da água não pode ser a

principal fonte de investimento, e sim a vencedora de outros.

Ainda temos a avançar, temos que ser mais ousados em ações práticas para melhoria dos indicadores ambientais da bacia e isso passa pela atualização e aprimoramento do Plano de Recursos Hídricos, que deve se consolidar como a base de planejamento da bacia a ser utilizada efetivamente pelos três entes federados, criando assim a sinergia integrada de investimentos e ações com foco em resultado de melhoria ambiental.

“Fazendo um balanço no período de tempo decorrido entre a Eco-92 e a Rio+20 podemos identificar na bacia do rio Paraíba do Sul um grande avanço no sentido de organização institucional dos poderes públicos estadual, municipal e da sociedade civil. Especificamente na parte mineira, a forte mobilização tem se mostrado eficaz, possibilitando que os municípios tenham benefícios expressivos.”

Marília Carvalho de Melo
Vice-Presidente

Eco-92 x Rio+20: a evolução da gestão de recursos hídricos nos últimos 20 anos sob a ótica dos representantes da Diretoria do CEIVAP

SECRETÁRIO
Alexandre Nascimento da Silveira
Light S.A. – RJ,
representante dos Usuários

Em termos de bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, o período entre a Eco-92 e a Rio+20, compreende, na verdade, a consolidação da preocupação da sociedade com a degradação das águas do rio e a articulação em nome da preservação do mesmo, com a criação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e, nos termos da Política Nacional de Recursos Hídricos, o desenvolvimento da Agência de Bacia (AGEVAP), como Agência Delegatária. Toda esta capacidade de mobilização da sociedade, o desenvolvimento de metodologias, manuais de aplicação e a experiência adquirida pelo CEIVAP constituem um patrimônio na proteção e na lida com os recursos hídricos. “Expertise” que se destaca como referência no cenário nacional e em países da América Latina.

No cenário do Estado que represento, o Rio de Janeiro, podemos citar o convênio hoje desenvolvido entre a AGEVAP e

o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) que permitiu dotar os Comitês de Bacias Hidrográficas fluminenses de uma melhor estrutura de apoio ao desenvolvimento das atividades.

Entre os grandes desafios do sistema hoje se destaca o ganho de eficiência nas aplicações, posto que enfrentamos dificuldades na elaboração de projetos e no cumprimento de prazos. Se como cidadão comemo todo esse desenvolvimento, como representante do segmento usuário considero injusto que hoje o tema do Preço Público Unitário – correspondente à cobrança pela captação, consumo e diluição de efluentes, definido pelo CEIVAP – seja priorizado, enquanto o sistema carece de melhor desempenho nas aplicações do dinheiro já arrecadado. Devemos buscar o desenvolvimento de mecanismos que viabilizem a participação do setor privado como tomador e que se possa avaliar o resultado alcançado pelas ações, efetivamente no ganho de qualidade da água, além da “performance” financeira. Atendidas estas condições estaremos certos de estarmos alcançando o retorno dos nossos investimentos.

Planos Municipais de Saneamento Básico

Aprovados pelo CEIVAP, estudos contemplam 72 municípios em MG e RJ

Rio Paraíba do Sul, em Resende (RJ)

Setenta e dois municípios da área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, serão contemplados com a elaboração de seus Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) – 51 contratados pela Agência de Bacia (AGEVAP) e 21 pela Secretaria Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (SEA), com acompanhamento da Agência (veja quadro na página 25). Em atendimento à Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, os planos devem abranger quatro áreas específicas: resíduos sólidos, abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana. Aprovados pelo Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), num investimento total de R\$ 12.424.131,17, os PMSB vão beneficiar 1,9 milhão de pessoas (IBGE/2010).

Em Minas Gerais foram contratados planos para 24 municípios, no valor de R\$ 2.078.131,17 – provenientes da cobrança pelo uso da água, para o benefício de 115.131 habitantes e que serão executados pela empresa Vallenge Consultoria, Projetos e Obras. Já no Rio de Janeiro, 27 planos serão financiados com recursos da cobrança das águas captadas e transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu e 21 pelo Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), num total de R\$ 10.346.000,00 (sendo R\$ 5.958.000,00 recursos do CEIVAP e R\$ 4.388.000,00 da SEA/FECAM). O trabalho será realizado numa parceria entre a SEA e a AGEVAP, por deliberação do CEIVAP, beneficiando 1.847.629 moradores.

No Estado Fluminense, o trabalho foi dividido em quatro regiões hidrográficas: Médio Paraíba do Sul, que abrangerá 16 cidades (556.641 habitantes), cujo serviço será executado pela empresa Vallenge Consultoria, Projetos e Obras, no valor de R\$ 3,6 milhões; Rio Dois Rios (inserindo o município de Campos dos Goytacazes, que faz parte da

região hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul), trabalho que será desenvolvido pela empresa DRZ Geotecnologia e Consultoria, no valor de R\$ 2,3 milhões, e atenderá 11 municípios, beneficiando 635.470 habitantes; Piabanha, que trabalhará a execução dos PMSB em 6 cidades, atendendo uma população de 307.811 habitantes e Baixo Paraíba do Sul, com o atendimento de 15 municípios e população de 347.707 habitantes – ambas regiões em que a SEA ainda fará a contratação direta de empresa especializada, com aporte de R\$ 4,3 milhões (leia mais sobre o assunto no artigo publicado à página 27).

Para o Diretor-Executivo Interino da AGEVAP, Flávio Simões, a expectativa é dotar os municípios com instrumentos e mecanismos que permitam a implantação de ações articuladas, duradouras e eficientes, que possam garantir a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico com qualidade, equidade e continuidade, através de metas definidas em um processo participativo. “Entre os principais desafios estão atender e executar as metas e diretrizes definidas no plano, tendo em vista que tais ações são de responsabilidade dos municípios que precisam superar seus obstáculos orçamentários e técnicos”, diz o Diretor.

A falta de saneamento nos municípios inseridos na bacia tem afetado diretamente a qualidade das águas. De acordo com um levantamento da ANA, são despejados diariamente no rio Paraíba do Sul um bilhão de litros de esgotos domésticos, praticamente sem tratamento, contribuindo para a situação de degradação da bacia. “Assim, o planejamento por meio dos Planos Municipais de Saneamento e, posteriormente, as execuções das ações de saneamento na bacia contribuirão para a melhoria da qualidade ambiental”, afirma Simões.

A implantação dos Planos Municipais de Saneamento Básico é uma obrigação exigida pela Lei Federal nº 11.445/07, instrumento fundamental para a gestão dos serviços de saneamento e documento obrigatório para que os municípios se habilitem aos recursos federais disponibilizados para o setor de saneamento básico. Os municípios que não tiverem seus Planos até

2014 não poderão mais ter acesso a repasses de recursos federais.

OFICINAS ANTECEDEM ELABORAÇÃO DOS PLANOS

A maioria dos municípios contemplados com os Planos de Saneamento nos dois Estados já sediaram as primeiras oficinas, realizadas em preparação aos trabalhos que serão desenvolvidos. Em Minas Gerais os treinamentos foram ministrados pela empresa Vallenge e tiveram início no dia 3 de julho, na cidade de Lima Duarte. Dos 24 municípios mineiros, 21 já receberam a Oficina I – Leitura Comunitária, cujo objetivo é apresentar à população o diagnóstico dos quatro componentes do Plano de Saneamento: esgotamento sanitário, abastecimento de água, drenagem urbana e resíduos sólidos. A previsão é que as cidades que ainda não receberam o evento (Santa Bárbara do Tugúrio, Estrela Dalva e Volta Grande) realizem as oficinas no mês de outubro.

Também estão previstos outros dois eventos em Minas Gerais: Oficina II – Visão de Futuro, Objetivos e Prioridades, Discussão das Estratégias, Diretrizes e Ações; e a Oficina III – Anteprojeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico. Segundo a Gerente de Recursos Hídricos da AGEVAP, Juliana Fernandes, as oficinas promovem a compatibilização das informações técnicas com a realidade da sociedade e assim é possível sistematizar as principais conclusões e definir orientações para a solução dos problemas de saneamento do município. “A participação dos municípios na etapa das oficinas trará ganhos à elaboração do Plano e a sociedade poderá contribuir expondo a realidade em que está inserida, gerando um produto que atinja suas reais necessidades”, diz a gerente.

No mês de agosto, a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA) também promoveu um Programa de Capacitação de Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) nas regiões hidrográficas fluminenses do Médio Paraíba do Sul e Rio Dois Rios. Destinado aos técnicos dos municípios que irão acompanhar os planos, as oficinas aconteceram em Barra Mansa (dias 21 e 22) e Bom Jardim (dias 28 e 29), respectivamente. Os eventos



ALEXANDRE GONÇALVES/VALLENGE

A maioria dos municípios contemplados com os Planos de Saneamento nos dois Estados já sediaram as primeiras oficinas, realizadas em preparação aos trabalhos que serão desenvolvidos. Em Minas Gerais os treinamentos foram ministrados pela empresa Vallenge e tiveram início no dia 3 de julho, na cidade de Lima Duarte



ALEXANDRE GONÇALVES/VALLENGE



THIAGO FANTUS/VALLENGE

Dos 24 municípios mineiros, 21 já receberam a Oficina I – Leitura Comunitária, entre eles Coronel Pacheco (acima), Rochedo de Minas (esq.) e Antônio Prado de Minas (dir.). Duas outras oficinas já estão previstas no decorrer das atividades



JOYCE OLIVEIRA/VALLENGE

MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS

■ Minas Gerais

Antônio Prado de Minas, Aracitaba, Argirita, Chácara, Coronel Pacheco, Estrela Dalva, Fervedouro, Guidoval, Lima Duarte, Mar de Espanha, Mercês, Pequeri, Piau, Rochedo de Minas, Rosário da Limeira, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Bárbara do Tugúrio, Santana de Cataguases, Santana do Deserto, São Francisco do Glória, São Sebastião da Vargem Alegre, Senador Cortes, Silverânia e Volta Grande

■ Rio de Janeiro

Região Médio Paraíba do Sul
Barra do Piraí, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Pinhal, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Vassouras

Região Rio Dois Rios

Bom Jardim, Campos dos Goytacazes (Região Hidrográfica do Baixo Paraíba), Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Itaocara, Macuco, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São Sebastião do Alto e Trajano de Moraes

Região Piabanha

Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis

Região Baixo Paraíba do Sul

Carapebus, Conceição de Macabu, Aperibé, Cambuci, Cardoso Moreira, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São Francisco de Itabapoana, São José de Ubá e Varre-Sai



FOTOS: GISELA SANCHES/TEXTOPARTE



Oficinas realizadas pela SEA em Barra Mansa e Bom Jardim (no alto)

tiveram como objetivo promover a formação dos técnicos para que eles possam exercer novas competências, além de atuar de forma participativa na elaboração, execução e acompanhamento dos trabalhos. Durante os cursos, foram debatidos os seguintes temas: Termo de Referência do PMSB; Legislação Pertinente; Mobilização Social; Gestão e Regulação dos Serviços de Saneamento Básico; Estrutura do Plano: Diagnóstico, Cenários, Propostas, Metas e Ações; e Debate: Perspectivas e Implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico – Quadro Local e Regionalização.

O programa de capacitação foi realizado pela CONCREMAT Engenharia, empresa contratada pela SEA para a execução do trabalho, e contou também com palestras ministradas por técnicos da Secretaria. Pedro Alexandre Moitrel

Pequeno, Engenheiro Regulador da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio (AGENERSA), avaliou os eventos positivamente e destacou a importância da participação dos municípios nas capacitações. “Identificamos muitas cidades com mais de um representante e isso é importante porque essas pessoas retornam para suas cidades e podem discutir sobre suas dificuldades. Também pudemos observar a ansiedade que os técnicos municipais têm em relação à situação da questão do saneamento. Infelizmente, todos têm realidades muito desfavoráveis e indicadores muito aquém do que mereciam”, destaca. Para o engenheiro, o desempenho das empresas executoras dos planos será maior à medida que a população e, principalmente, os técnicos participarem e cobrarem mais.

MARILENE RAMOS | Presidente do Instituto Estadual do Ambiente – INEA

Pacto de saneamento no Estado do Rio de Janeiro e a Bacia do Rio Paraíba do Sul

O maior problema ambiental para as águas do Estado do Rio de Janeiro e da Bacia do Rio Paraíba do Sul continua sendo os baixos índices de saneamento básico, sobretudo em termos de coleta e tratamento de esgotos, bem como de coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos.

Com o objetivo de enfrentar este problema e reverter o déficit histórico que o Rio de Janeiro acumula neste setor, a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA-RJ) concebeu o programa **Pacto pelo Saneamento**, instituído em 2011 pelo Decreto Estadual nº 42.930. O programa tem metas audaciosas para todo o Estado: erradicar todos os lixões até 2016; e ampliar o índice de coleta e tratamento de esgoto para 60% até 2016, quando dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, e para 80% até 2018.

O **PACTO PELO SANEAMENTO** é dividido em dois subprogramas:

- “**Lixão Zero**”, voltado para a erradicação de lixões e para a implantação de aterros sanitários e centrais de tratamento de resíduos (CTRs); e

- “**Rio + Limpo**”, dirigido para a implantação dos sistemas de coleta e de tratamento de esgoto, envolvendo também as Secretarias de Estado de Agricultura, Pecuária e de Obras; a Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE); e os órgãos municipais de saneamento.

Lixão Zero

Os esforços do Estado do Rio de Janeiro no contexto do subprograma *Lixão Zero* concentram-se em duas linhas de atuação: o desenvolvimento do Plano Estadual de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (*Pegirs*); e ações para encerramento e remediação dos lixões, sobretudo com recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (FECAM).

O *Pegirs* teve como meta inicial a elaboração de soluções regionalizadas para o destino final dos resíduos sólidos urbanos. Com base na proposta de regionalização e nos arranjos intermunicipais de gestão, 19 aterros sanitários e centrais de tratamento de resíduos sólidos (CTRs), públicos e privados, foram ou estão sendo implantados. Na Bacia do Rio Paraíba do Sul, eles se situam nos seguintes municípios: Campos dos Goytacazes, Sapucaia, Teresópolis, Barra Mansa, Vassouras, Quissamã, Três Rios, São Fidélis e Itaperuna.

Quanto aos lixões na Bacia Paraíba do Sul, vários deles já foram encerrados no âmbito do *Lixão Zero*, a exemplo do ocorrido em Volta Redonda, Barra do Piraí e Barra Mansa, enquanto outros lixões foram encerrados e remediados, como em Vassouras e Teresópolis.

Os resultados globais deste conjunto de ações são bastante significativos: em 2010, apenas 11,9% dos resíduos sólidos gerados no Estado do Rio de Janeiro eram destinados adequadamente em aterros sanitários; em 2011, este percentual já era de 38,5%. Até o final de 2012, a previsão é de que este percentual atinja 86%.

Rio + Limpo

Em 2006, somente 24% dos 14 milhões de habitantes do Estado do Rio de Janeiro tinham seu esgoto tratado; em 2009, esse percentual foi ampliado para 30%, o que representa um milhão a mais de pessoas com esgoto tratado. Atualmente, estima-se que o esgoto de 33% da população fluminense receba algum tipo de tratamento.

Na Bacia do Paraíba do Sul, o esgoto gerado pelo conjunto das quatro regiões hidrográficas fluminenses – Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul –, corresponde a cerca de 12% do total gerado no Estado

do Rio de Janeiro. Em termos absolutos, isso representa 4,5 m³/s, dos quais 21% (ou 0,95 m³/s) é tratado.

Utilizando-se, sobretudo, de recursos do Governo Federal (PAC), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do FECAM e da cobrança pelo uso da água (FUNDRHI e CEIVAP), o subprograma *Rio + Limpo* visa ampliar a coleta e tratamento de esgoto em todo território fluminense, inclusive da Bacia Paraíba do Sul. Suas principais ações compreendem: o apoio técnico e financeiro à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); a elaboração de projetos básicos; e a execução ou financiamento de obras de esgotamento sanitário.

Além de uma série de projetos e ações que estão sendo desenvolvidas, importa ressaltar o esforço coletivo para a elaboração dos PMSB de todos os municípios fluminenses da Bacia do Rio Paraíba do Sul¹. Trata-se de uma iniciativa da Associação Estadual de Municípios do Estado do Rio de Janeiro (AEMERJ), em parceria com a SEA e apoio financeiro do CEIVAP e do FECAM, para a elaboração de PMSB nas modalidades de água, esgoto e drenagem. Com um custo orçado em aproximadamente R\$ 11 milhões, o CEIVAP aportou R\$ 6,5 milhões e o restante será oriundo do FECAM.

A elaboração dos planos está sendo feita de duas formas: a AGEVAP já contratou os serviços para as Regiões Hidrográficas do Médio Paraíba do Sul², Rio Dois Rios³ e o município de Campos dos Goytacazes (Baixo Paraíba do Sul), iniciados em agosto de 2012 com previsão de dez meses. É previsto que até o final do ano a SEA faça a contratação direta dos PMSB para as outras Regiões Hidrográficas (Piabanha⁴ e Baixo Paraíba do Sul⁵, exceto Campos).

Importante aspecto a destacar é a contratação por grupo de municípios



MÔNICA DA COSTA/TEXTOPARTE

de uma mesma região hidrográfica. Além de permitir uma economia de escala em função do volume de serviços, busca-se, sobretudo, garantir que o Plano aborde todas as questões intermunicipais tendo por base a bacia hidrográfica (tais como mananciais de abastecimento público), de modo a garantir o melhor resultado estratégico, do ponto de vista técnico, ao menor custo possível.

Ressalte-se, ainda, a importância dos PMSB para a estruturação do sistema de gestão dos serviços de saneamento. Estes são essenciais tanto para a definição de metas de universalização do acesso aos serviços, de forma gradual e progressiva, quanto – e especialmente – para a definição da forma e dos responsáveis pela prestação, fiscalização e regulação dos serviços.

Por fim, destacam-se as obras de esgotamento sanitário que estão sendo construídas em diversos municípios da Bacia, no contexto do subprograma *Rio + Limpo*: Barra Mansa, Volta Redonda, Piraí, Barra do Piraí e Itaperuna. Vale notar também a ampliação da participação do setor privado no saneamento dos municípios de Resende, Petrópolis, Nova Friburgo e Campos.

¹ Sete municípios já estão elaborando seus planos com outros recursos: Itatiaia, Barra Mansa, Volta Redonda, Três Rios, Petrópolis, Nova Friburgo e São João da Barra.

² Barra do Piraí, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Vassouras.

³ Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Itaocara, Macuco, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São Sebastião do Alto e Trajano de Moraes.

⁴ Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis.

⁵ Carapebus, Conceição de Macabu, Aperibé, Cambuci, Cardoso Moreira, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São Francisco de Itabapoana, São José de Ubá e Varre-Sai.

Plano de Ação Nacional para conservação de espécies ameaçadas do rio Paraíba do Sul

Primeiro PAN para espécies aquáticas do Brasil

Em 2008, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou o Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, elaborado em parceria com a Fundação Biodiversitas. A publicação trazia pela primeira vez, num único documento, todas as informações científicas padronizadas sobre as 627 espécies da fauna reconhecidas pelo governo brasileiro, que derivavam das Listas Nacionais Oficiais de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção, publicadas a partir de 1968. A lista atual, referente a 2003 e 2004, conta com 130 invertebrados terrestres, 16 anfíbios, 20 répteis, 160 aves, 69 mamíferos, 78 invertebrados aquáticos e 154 peixes.

Entre os sete Estados brasileiros que desenvolveram estudos sobre as espécies ameaçadas – pesquisas que culminaram nas Listas Nacionais Oficiais – estão os três que integram a bacia do Rio Paraíba do Sul: Minas Gerais (1995), São Paulo (1998) e Rio de Janeiro (1998). Os demais são Paraná (1995, 2004), Rio Grande do Sul (2002), Espírito Santo (2005) e Pará (2008).

A ictiofauna brasileira compreende 2.300 espécies de água doce e 1.298 espécies marinhas, mas o conhecimento sobre a diversidade desta fauna é ainda incompleto, acreditando-se que o número seja muito maior. Estimativas indicam que o Brasil abriga mais de 13% de todas as espécies já descritas pela ciência, além de aproximadamente 40% das florestas tropicais remanescentes no mundo, que desempenham, entre outras funções, um importante papel na regulação do clima do planeta.

De acordo com o Livro Vermelho, a lista com as espécies ameaçadas de extinção pode orientar o desenho das políticas públicas e privadas de ocupação e uso do solo, a definição e priorização de estratégias de conservação, o estabelecimento de medidas que visem reverter o quadro de ameaça às espécies, além de direcionar a criação de programas de pesquisa e formação de profissionais especializados em biologia da conservação.

Em 2009, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal vinculada

ao Ministério do Meio Ambiente, assumiu como prioridades a revisão da Lista Vermelha e a elaboração de Planos de Ação para as espécies já registradas. Neste contexto, coordenaram e elaboraram o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul – o primeiro PAN para espécies aquáticas do Brasil. “O PAN Paraíba do Sul foi elaborado entre 2009 e 2010, entrando oficialmente em vigor enquanto política pública para conservação da biodiversidade em 2010, com a publicação da portaria nº 131/2010”, diz a bióloga Carla Natacha Polaz, Analista Ambiental do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais (CEPTA) e Coordenadora da implantação do PAN Paraíba do Sul.

Segundo ela, os Planos de Ação Nacionais são ferramentas importantes para a conservação da biodiversidade e o PAN Paraíba do Sul é coordenado por dois centros de pesquisa do ICMBio: o CEPTA e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN). Também foram parceiros na realização deste trabalho a Rede Brasileira do Grupo Especialista para Conservação e Reprodução – Conservation Breeding Specialist Group (CBSG), vinculada à União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) – e a Companhia Energética de São Paulo (CESP), unidade Paraibuna.

O processo de elaboração do PAN Paraíba do Sul foi realizado em duas etapas: uma preparatória, denominada Oficina de Parceiros, e outra de elaboração das metas e ações que compõem o trabalho. A primeira oficina foi realizada em 2009, na estação da CESP, em Paraibuna (SP), e teve como objetivos: formar/consolidar uma rede de parceiros para a elaboração de um Plano de Ação para as espécies ameaçadas do rio Paraíba do Sul; reunir informações sobre as espécies-alvo; identificar demais parceiros potenciais; e discutir uma agenda conjunta de trabalho.

A oficina para elaboração do PAN Paraíba do Sul, propriamente dito, foi realizada em 2010, na cidade de Pirassununga (SP), sede do CEPTA.

O trabalho baseou-se na metodologia da IUCN, adaptada pelo ICMBio para um plano de conservação, buscando ações tangíveis e factíveis, o envolvimento e o compromisso dos parceiros institucionais. Segundo Carla Polaz, as metas do PAN tratam de pesquisa, educação ambiental, comunicação e divulgação, parcerias interinstitucionais e captação de recursos. “Os Planos são monitorados anualmente, quando revisamos todas as ações face às suas etapas de implementação, previamente detalhadas numa matriz de planejamento”, diz. “Em março de 2012, realizamos a 2ª reunião de monitoria do PAN e a próxima está programada para março de 2013”, informa a Coordenadora.

ESPÉCIES EM EXTINÇÃO

A Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul está situada na região Sudeste – uma das mais industrializadas do Brasil – com área de drenagem de 62.074 km², estendendo-se pelos Estados de São Paulo (14.510 km²), Rio de Janeiro (26.851 km²) e Minas Gerais (20.713 km²). Possui uma população de 6,7 milhões de habitantes em 184 municípios, sendo 88 em Minas Gerais, 57 no Estado do Rio de Janeiro e 39 no Estado de São Paulo, e é a maior fonte de abastecimento de água da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Essa intensa ocupação, aliada ao desenvolvimento regional, é também um dos marcantes fatores que contribuem para a sua rápida degradação ambiental. Entre os principais impactos estão: construção de barragens, destruição das matas ciliares, lançamento de esgotos domésticos e industriais sem tratamento e a mineração.

A escolha dessa bacia hidrográfica deveu-se ao fato de concentrar grande quantidade de espécies aquáticas sob forte ameaça, cujas áreas prioritárias abrangem as seguintes áreas nos três Estados (veja quadro na página 37). De acordo com o Livro Vermelho, existem 37 espécies de vertebrados oficialmente ameaçados de extinção na região, sendo: nove mamíferos, 14 aves, um réptil, quatro anfíbios e nove peixes. O PAN Paraíba do Sul tem como foco nove espécies aquáticas, sendo cinco

espécies de peixes: *Steindachneridion parahybae* (surubim-do-paraíba), *Brycon insignis* (piabanha), *Brycon opalinus* (pirapitinga-do-sul), *Pogonopoma parahybae* (cas-cudo-leiteiro) e *Prochilodus vim-boides* (curimbatá); um quelônio (*Mesoclemmys hogei*), o cágado-de-hogei, endêmico da bacia do rio Paraíba do Sul; e três espécies de crustáceos (*Macrobrachium carci-nus*, *Atya gabonensis* e *A. scabra*).

Segundo o Plano, apesar de poucos estudos terem sido realizados acerca da composição da ictiofauna do rio Paraíba do Sul, estima-se que esta era composta por cerca de 127 espécies de peixes, das quais 115 espécies nativas e 12 introduzidas. As ações prioritárias propostas neste trabalho foram baseadas no grau de conhecimento das espécies e em função da importância da execução das ações para a sobrevivência de suas populações. Para a obtenção do objetivo geral foram estabelecidas as metas e, para cada uma delas, foram propostas ações específicas.

O PAN Paraíba do Sul tem como objetivo central recuperar e manter as espécies aquáticas ameaçadas da bacia do rio Paraíba do Sul, num período de dez anos. É composto por quatro temas centrais (segmentação de habitats; conflitos de uso; sensibilização e comunicação; e degradação ambiental), 13 metas e 86 ações, num investimento total de R\$ 6.180.000,00 (veja quadros). Para Carla Polaz, o Plano é um documento vivo e a quantidade de metas e ações podem mudar ao longo do tempo. “O tamanho do Plano – que abrange uma das bacias mais industrializadas e, portanto, antropizadas do país – é o grande desafio. Felizmente, temos conseguido consolidar uma ampla rede de parceiros institucionais, que atuam intensamente na bacia do rio Paraíba do Sul, a exemplo do Projeto Piabanha. Mesmo assim, a expectativa é ampliarmos cada vez mais essa rede, investindo na divulgação desse trabalho em prol da conservação da bacia e de suas espécies ameaçadas”, conclui.

METAS E AÇÕES – PAN PARAÍBA

▲ Meta 1

Geração de informações para subsidiar o planejamento hidrelétrico da bacia do rio Paraíba do Sul, visando à conservação da biota aquática, com ênfase nas espécies ameaçadas e endêmicas
5 anos
7 ações
R\$ 160.000,00

▲ Meta 5

Manutenção da vazão mínima ecológica do rio Paraíba do Sul adequada à conservação da biota aquática
10 anos
7 ações
R\$ 615.000,00

▲ Meta 2

Estabelecimento de instrumentos de gestão voltados à recuperação da integridade da biota aquática, com ênfase nas espécies ameaçadas e/ou endêmicas da bacia do rio Paraíba do Sul, impactadas por barragens
10 anos
9 ações
R\$ 20.000,00

▲ Meta 6

Recuperação de pelo menos 20% das Áreas de Preservação Permanente (APPs) da bacia do rio Paraíba do Sul, com ênfase nas áreas relevantes para conservação da biota aquática endêmica e/ou ameaçada de extinção
5 anos
4 ações
R\$ 815.000,00

▲ Meta 3

Aumento, nos próximos cinco anos, do conhecimento da biologia e composição das comunidades da biota aquática da bacia do rio Paraíba do Sul, com ênfase nas espécies ameaçadas e/ou endêmicas, para subsidiar políticas públicas de conservação dessas espécies
5 anos
8 ações
R\$ 800.000,00

▲ Meta 7

Estabelecimento de ordenamento pesqueiro para a bacia do rio Paraíba do Sul, com base nos princípios da gestão compartilhada
5 anos
2 ações
R\$ 60.000,00

▲ Meta 4

Aumento dos estoques pesqueiros da bacia do rio Paraíba do Sul e incremento das populações de peixes e quelônios ameaçados, com 25% recuperados
em até 10 anos
3 ações
R\$ sem estimativa

▲ Meta 8

Impedimento da introdução de espécies alóctones, exóticas ou híbridas em ambientes naturais da bacia do rio Paraíba do Sul
10 anos
7 ações
R\$ 125.000,00

PAN Paraíba do Sul tem como foco nove espécies aquáticas, sendo cinco espécies de peixes

De acordo com o Livro Vermelho, existem 37 espécies de vertebrados oficialmente ameaçados de extinção na região, sendo: nove mamíferos, 14 aves, um réptil, quatro anfíbios e nove peixes

PEIXES

Surubim-do-Paraíba

Steindachneridion parahybae

Os registros mais recentes da espécie foram efetuados na calha principal do rio Paraíba do Sul, na cidade de Resende (RJ), em novembro de 2008, e nos rios Pomba e Paraibuna (MG), na maioria das vezes a partir de dados da pesca profissional.

Principais Ameaças: A bacia do rio Paraíba do Sul (SP, RJ e MG) é uma das regiões mais antropizadas do país. Degradação ambiental, construção de barragens, destruição das matas ciliares, lançamento de esgotos domésticos e industriais sem tra-

tamento e mineração são alguns dos principais impactos de ampla escala. Grandes acidentes ambientais, como o vazamento de produtos químicos da Fábrica Cataguases de Papel, em Cataguases (MG), em março de 2003, provocou extensa mortalidade de peixes nos rios Pomba e Paraíba do Sul. Mais recentemente, em 18 de novembro de 2008, o Rio Pirapitinga,

afluente do rio Paraíba do Sul, foi atingido por um vazamento de cerca de oito mil litros do produto químico endosulfan, causando grande mortalidade de peixes ao longo de mais de 400 quilômetros na bacia. A empresa Servatis S.A., localizada no município de Resende (RJ), foi a responsável pelo acidente. Além desses fatores, em muitas porções da bacia do rio

PAN RIO PARAÍBA DO SUL/SÉRIE ESPÉCIES AMEAÇADAS Nº 16 – ICMBIO

Surubim-do-Paraíba

TAXONOMIA

Ordem: Siluriformes **Família:** Pimelodidae

Gênero e espécie: *Steindachneridion parahybae* (Steindachner, 1877)



Figura 17 - *Steindachneridion parahybae* (Steindachner, 1877).

Oswaldo T. Oyalaraya (Museu de Zoologia da USP, acervo)

METAS E AÇÕES – PAN PARAÍBA

▲ Meta 9

Sociedade e poder público cientes da importância da bacia do rio Paraíba do Sul na manutenção dos recursos naturais e da qualidade de vida das populações humanas, por meio de programas pilotos de educação ambiental implantados em pelo menos um município de cada trecho do rio (alto, médio e baixo)

5 anos
13 ações
R\$ 1.010.000,00

▲ Meta 12

Implantação de sistemas de saneamento ambiental em 25% dos municípios localizados nas áreas relevantes para a conservação da biota aquática ameaçada de extinção

10 anos
4 ações
R\$ 50.000,00

▲ Meta 10

Gestores públicos e policiais ambientais de 25% dos municípios da bacia do rio Paraíba do Sul, considerando as áreas relevantes para conservação da biota aquática ameaçada de extinção, capacitados e treinados na aplicação das leis ambientais

5 anos
3 ações
R\$ 220.000,00

▲ Meta 13

Ordenamento do uso e ocupação do solo nas áreas relevantes para a conservação da biota aquática ameaçada de extinção da bacia do rio Paraíba do Sul

10 anos
11 ações
R\$ 2.285.000,00

► Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul

PAN PARAÍBA

Espécies-alvo Cinco peixes (*Steindachneridion parahybae*, *Brycon insignis*, *B. opalinus*, *Pogonopoma parahybae* e *Prochilodus vimbooides*), um quelônio endêmico (*Mesoclemmys hoguei*) e três espécies de crustáceos (*Macrobrachium carcinus*, *Atya gabonensis* e *A. scabra*)

Prazo 5 a 10 anos (2010-2020)
Metas 13
Ações 86
Valor estimado R\$ 6.180.000,00

▲ Meta 11

Integração das organizações governamentais, não-governamentais e iniciativa privada visando à implementação do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul

10 anos
8 ações
R\$ 20.000,00

Paraíba do Sul são encontradas diversas espécies exóticas (oriundas de bacias de outros países), como o bagre-africano (*Clarias gariepinus*), e alóctones (oriundas de outras bacias brasileiras), como o tucunaré (*Cichla spp.*) e o dourado (*Salminus brasiliensis*), o que também pode constituir mais uma ameaça à conservação da espécie.

Piabanha
Brycon insignis

Atualmente, não há evidências da ocorrência de populações selvagens da piabanha na parte paulista da bacia do Paraíba do Sul, sendo que a espécie ainda pode ser encontrada em algumas porções da bacia na parte fluminense, a jusante: rio Muriaé e no baixo rio Paraíba do Sul.

Pirapitinga-do-sul
Brycon opalinus

A distribuição original de *B. opalinus* presumivelmente abrangia todos os rios de cabeceira das bacias dos rios Doce e Paraíba do Sul, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Atualmente, está limitado a poucos tributários mais bem preservados destas bacias. Na bacia do rio Paraíba do Sul, existe uma importante população remanescente no trecho superior do rio Paraíba. Espécimes dessa localidade foram reproduzidos em cativeiro e seus descendentes foram utilizados pelo setor de piscicultura da Companhia Energética de São Paulo (CESP) para repovoar diversos tributários do reservatório de Paraíba (e.g., rio Vargem Grande) e o rio Buquira (Monteiro Lobato/SP). Ainda persiste uma população reduzida da espécie no rio Itagaçaba, afluente da margem esquerda do Paraíba do Sul (município de Silveiras/SP). No Estado do Rio de Janeiro, a espécie ainda é frequente no rio Preto (município de Visconde de Mauá) e, provavelmente, em alguns outros rios da bacia do Paraíba do Sul que drenam a Serra da Mantiqueira ou a Serra dos Órgãos. Em Minas Gerais, existem registros recentes da espécie em tributários do rio Paraíba do Sul, no rio do Peixe (município de Torreões) e no rio Preto (município de Rio Preto). Na bacia do rio Doce, registros atuais foram feitos somente no rio Piranga e na bacia do rio Santo Antônio, sendo que na última existem populações ainda bastante expressivas.

Cascudo-leiteiro
Pogonopoma parahybae

Registros recentes da espécie foram efetuados em alguns pontos do médio rio Paraíba do Sul (RJ), década de 1980, e no rio Pomba. Os registros mais recentes no médio curso do rio Pomba foram realizados entre outubro de 2002 e janeiro de 2005. Este trecho do rio, contudo, foi recentemente alagado pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Palestina.

Piabanha

TAXONOMIA

Ordem: Characiformes Família: Characidae
Gênero e espécie: *Brycon insignis* (Steindachner, 1877)



Figura 18 - *Brycon insignis* (Steindachner, 1877).

Guilherme Souza (Projeto Paraíba, acesse)

Pirapitinga-do-sul

TAXONOMIA

Ordem: Characiformes Família: Characidae
Gênero e espécie: *Brycon opalinus* (Cuvier, 1819)



Figura 19 - *Brycon opalinus* (Cuvier, 1819).

Carla Peix (ICP/MS/Shellfish)

Cascudo-leiteiro

TAXONOMIA

Ordem: Siluriformes Família: Loricariidae
Gênero e espécie: *Pogonopoma parahybae* (Steindachner, 1877)



Figura 20 - *Pogonopoma parahybae* (Steindachner, 1877).

Guilherme Souza (Projeto Paraíba, acesse)

Curimatá

TAXONOMIA

Ordem: Characiformes Família: Prochilodontidae
Gênero e espécie: *Prochilodus vimbooides* (Kner, 1859)



Figura 21 - *Prochilodus vimbooides* (Kner, 1859).

Guilherme Souza (Projeto Paraíba, acesse)

Curimatá
Prochilodus vimbooides

Na coleção do Museu de Zoologia, da Universidade de São Paulo (USP), existe um único registro histórico da espécie no rio Paraíba do Sul relatando coleta de três exemplares, em 1911, em Taubaté. MACHADO & ABREU (1952), no trabalho sobre a pesca no Vale do Paraíba, em São Paulo, relatam a captura de 15 toneladas de corimatá no rio Paraíba do Sul, no trecho entre Paraíba e Queluz. Nesse artigo, os autores muito provavelmente se referiam à captura de *P. vimbooides*.

QUELÔNIO

Cágado-de-hogei
Mesoclemmys hogei

Área de Ocorrência: Trata-se de espécie endêmica do Brasil, descrita por Mertens em 1967, da localidade-tipo do rio Pequena, no Sudoeste do Estado de São Paulo. A distribuição geográfica de *M. hogei* relaciona-se às áreas baixas da bacia do rio Paraíba do Sul, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além da bacia do rio Itapemirim, no Espírito Santo. Em Minas Gerais, a

bacia do rio Carangola parece constituir uma das últimas sub-bacias do Paraíba do Sul onde existem registros atuais da ocorrência de *M. hogei*. Esse fato contribuiu para que essa região fosse eleita como área de Importância Biológica Extrema no que diz respeito à priorização de áreas a serem preservadas no Estado de Minas Gerais (DRUMMOND et al., 2005). Estudos recentes sobre a espécie estão sendo conduzidos no Curso Médio Inferior do Rio Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, por meio do Projeto de Conservação do Cágado-do-Paraíba, como também é conhecido. Esse estudo é fruto da parceria entre o Projeto Piabanha, a Fundação Biodiversitas e o Centro para a Conservação e Manejo dos Répteis e Anfíbios-RAN/ICMBio e serviu para ampliar os registros de ocorrência da espécie na bacia (YEDA BATAUS, Comunicação Pessoal*, 2010). Nessa região, de 10 a 14 de agosto de 2009, foram coletados 13 exemplares da espécie: sete machos, quatro fêmeas e dois filhotes (BASTOS, 2009).

Cágado-de-hogei

TAXONOMIA

Ordem: Testudines Família: Chelidae
Gênero e espécie: *Mesoclemmys hogei* (Mertens, 1967)



Figura 22 - *Mesoclemmys hogei* (Mertens, 1967).

BRUNO J. FERREI

O PAN Paraíba do Sul tem como foco nove espécies aquáticas, sendo cinco espécies de peixes, um quelônio e três crustáceos: *Macrobrachium carcinus*, *Atya gabonensis* e *A. scabra*

CEIVAP financia primeiro projeto do PAN Paraíba do Sul

A proposta aprovada pelo colegiado, no valor de R\$ 1.060.408,80, será financiada com recursos da cobrança pelo uso da água

Recentemente, a Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul assinou contrato com a Agência de Bacia (AGEVAP) para a execução do projeto “Monitoramento biológico de espécies aquáticas ameaçadas de extinção na Bacia do Rio Paraíba do Sul – sistema piloto e implementação de plano de ação nos municípios de Itaocara, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, Cambuci, Cantagalo, São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena”. A proposta, no valor de R\$ 1.060.408,80, foi aprovada pelo Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), Edital 2010/2011, e os recursos são provenientes da cobrança pelo uso da água.

O projeto prevê o mapeamento e monitoramento de ocorrência de populações remanescentes das espécies aquáticas ameaçadas de extinção; a consolidação da rede de parcerias para atividades de conservação de espécies; a formação de banco genético das populações identificadas; a identificação e avaliação, por meio de marcadores moleculares, dos níveis de variabilidade

genética intra e interpopulações; e o desenvolvimento de um banco de dados georreferenciado com informações, imagens e mapas. O trabalho será realizado na região das sub-bacias do Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul. “Esta proposta surgiu durante a oficina, em Pirassununga, quando estávamos discutindo as fontes de recursos para o Plano. Assim, o primeiro recurso a financiar o PAN Paraíba do Sul vem do CEIVAP”, diz o biólogo Guilherme Souza, Diretor Técnico da Associação e gestor responsável pelo projeto.

Segundo ele, o valor estimado na época para o PAN já não é mais suficiente e hoje demandaria cerca de R\$ 10 milhões. Só para o projeto apresentado no CEIVAP o valor atualizado seria de aproximadamente R\$ 2,5 milhões. “Para complementar o recurso, estamos buscando parcerias com a Light, Cemig, Consórcio Itaocara e Universidade Estadual do Norte Fluminense. Também temos outros parceiros, como laboratórios para análise de grau de contaminações por metais e determinação da biologia, análise do tipo de reprodução, entre outras”, ressalta. O biólogo afirmou que no final do projeto

todas as pesquisas serão reunidas em um livro sobre a região do médio inferior Paraíba do Sul e seus afluentes.

Guilherme Souza, que também é responsável técnico pelo Projeto Piabanha, iniciado em 1998, lembra que durante dez anos o trabalho foi custeado por convênios e prestações de serviços, como monitoramentos. Mas, depois do acidente ambiental, em novembro de 2008 – que derramou o pesticida endossulfan no Paraíba do Sul, matando milhares de peixes –, a Associação dos Pescadores teve de fechar o escritório onde funcionava o projeto. “Atualmente, estamos mantendo só o viveiro onde estão as espécies coletadas e ainda

não o fechamos graças ao empenho de um grande empresário que está ajudando o projeto a se manter. Agora, com os recursos do CEIVAP, vamos poder abrir novamente as instalações”, comemora.

Segundo ele, após o acidente, os pescadores passaram a viver da pesca do curimatã. “O rio na região do Baixo Paraíba do Sul é incrivelmente resiliente. Apesar dos acidentes com envenenamentos, o que têm acontecido praticamente a cada dois anos, a região está conseguindo manter uma diversidade incrível”, conta. Para ele, as ilhas fluviais são áreas prioritárias de preservação porque mantêm as rotas migratórias onde as espécies podem ir e vir, sem a ocorrência de barragens.



Ilhas fluviais são áreas prioritárias de preservação porque mantêm as rotas migratórias onde as espécies podem ir e vir, sem a ocorrência de barragens

ÁREAS PRIORITÁRIAS

► São Paulo

• Bacia do rio Paraitinga, a montante e a jusante dos reservatórios de Paraibuna

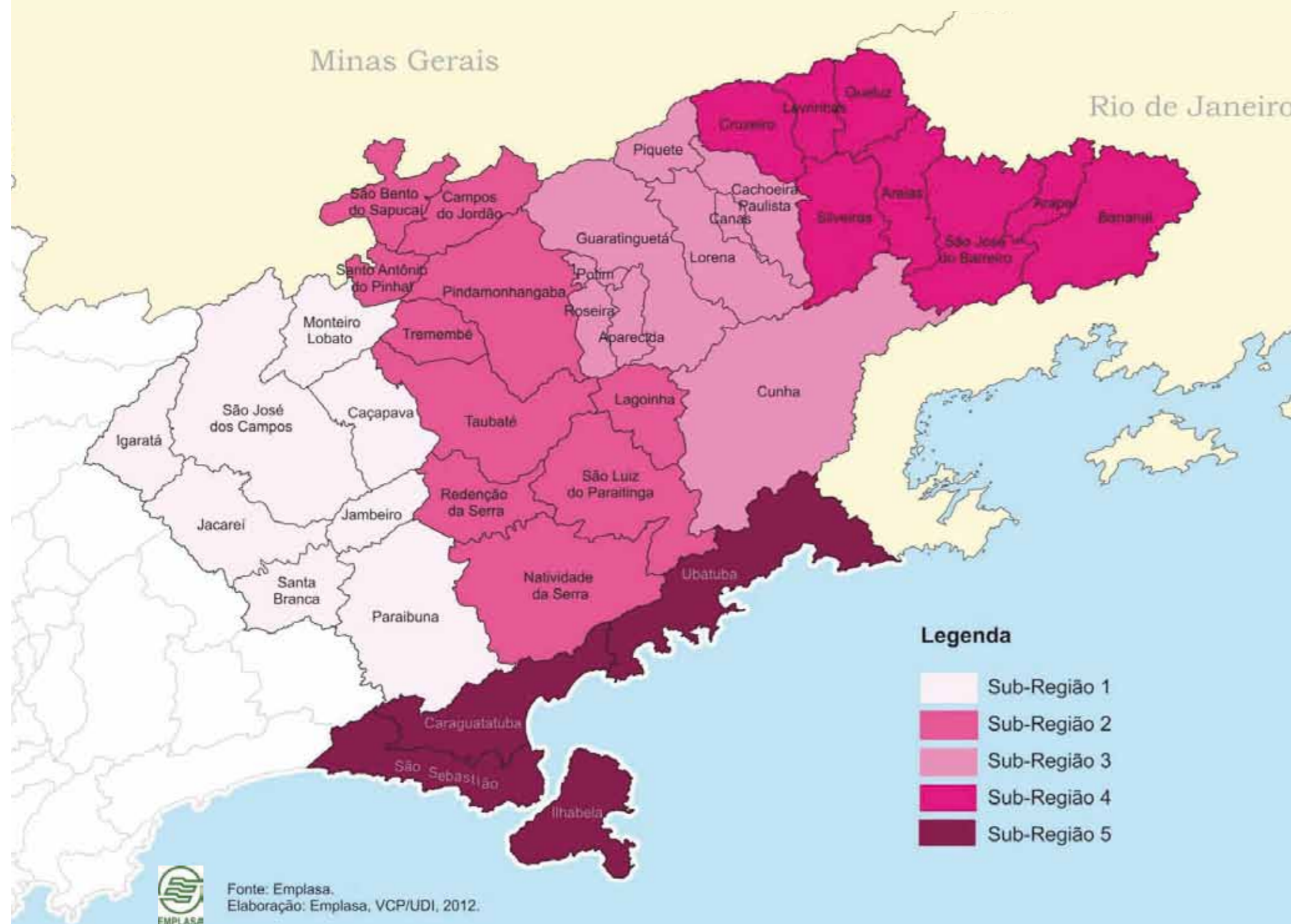
► Rio de Janeiro

• Domínio das Ilhas Fluviais (DIF) e trecho inferior do Pomba até a UHE Barra Braúna (inclui bacia do rio Dois Rios – rios Grande e Negro)
• Tributários de médio porte (rio Preto)
• Calha do Paraíba (Rio das Flores até a foz Além Paraíba)
• Trecho Itatiaia – Floriano
• Lagoas marginais (Campelo e Cataia)

► Minas Gerais

• Bacia do Muriaé (inclui região de Carangola)

Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte



Décima do país, concentra 27,7% do PIB nacional

A Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte (RM Vale) já nasceu grande! É a décima Região Metropolitana do país, com um território de 16.178 km², 39 municípios, R\$ 55,6 bilhões de Produto Interno Bruto (PIB) e taxa de urbanização de 94%. Criada em 9 de janeiro deste ano, por meio da Lei Complementar nº 1.166, a RM Vale tem uma população de aproximadamente 2,3 milhões de habitantes e está dividida em cinco sub-regiões (veja mapa). Situada estrategicamente entre as macrometrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, destaca-se nacionalmente por sua intensa e diversificada atividade econômica. A produção industrial é altamente desenvolvida, predominando os setores automobilístico, aeronáutico, aeroespacial e bélico nos municípios localizados no eixo da Rodovia Presidente Dutra; as atividades portuárias e petroleiras no Litoral Norte; e o turismo na Serra da Mantiqueira, litoral e cidades históricas.

Com 5,5% da população paulista, a região concentra 82,7% do PIB estadual e, aproximadamente, 27,7% do nacional. Além do mais, é a segunda maior produtora de leite do país, atividade que sustenta grande parte da população rural dos pequenos municípios. Na agricultura, a produção tradicional é a cultura de arroz nas várzeas do rio Paraíba do Sul. Mas, o que muda com a formação da Região Metropolitana? “Com a criação da RM Vale e a instituição do Conselho de Desenvolvimento e dos Conselhos Consultivos Sub-Regionais, viabilizam-se as discussões voltadas à solução dos problemas comuns aos municípios integrantes, promovendo-se, deste modo, a cooperação entre os dois níveis de governo, estadual e municipal, por meio, entre outros,

da integração de políticas públicas, visando ao desenvolvimento socioeconômico da região e à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes”, diz Edmur Mesquita, Secretário Estadual de Desenvolvimento Metropolitano em exercício. Segundo ele, isso significa ter um instrumento importantíssimo de planejamento e articulação e representa um salto para o desenvolvimento, principalmente para os municípios de economia menos favorecida que passam a ter oportunidade de se integrar ao processo de crescimento regional.

Em março, na cidade de São Luiz do Paraitinga, o governador Geraldo Alckmin deu posse ao Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale e Litoral Norte, que vai deliberar sobre planos, projetos, programas e obras estratégicas a serem executados com recursos do Fundo de Desenvolvimento. No mês seguinte, em São José dos Campos, aconteceu a primeira reunião e para presidir o grupo foi escolhido o prefeito da cidade, Eduardo Cury, e, como Vice-Presidente, José Celso Bueno, prefeito de Queluz. Entre as áreas de atuação do colegiado estão o planejamento e uso do solo, o saneamento ambiental, o desenvolvimento econômico, o transporte e o atendimento social, entre outras. A cada seis meses, o Conselho convocará, ordinariamente, audiências públicas destinadas à exposição de suas deliberações referentes aos estudos e planos em andamento e à utilização dos recursos do Fundo – que será criado após definição de suas diretrizes pelo Conselho de Desenvolvimento, por meio de um novo projeto de lei a ser enviado pelo governo à Assembleia. Ele será o responsável por dar suporte financeiro ao planejamento e às ações na região metropolitana

com financiamentos e investimentos em planos, projetos, programas, serviços e obras. Os recursos serão provenientes do orçamento do Estado, dos municípios, transferências da União, doações de pessoas físicas ou de empresas e empréstimos de organismos internos e externos, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por exemplo.

Além do Conselho de Desenvolvimento será criado o Conselho Consultivo, com a participação da sociedade civil, para discutir o planejamento e o desenvolvimento da região. Desta forma, o governo pretende assegurar a participação popular no processo de planejamento e tomada de decisões, bem como na fiscalização da realização de serviços ou funções públicas de caráter regional.

PRIMEIROS INVESTIMENTOS

No mês de maio, o Conselho de Desenvolvimento realizou sua segunda reunião quando anunciou investimentos nas áreas da saúde, logística e transportes. O encontro aconteceu na cidade de Cruzeiro e contou com a presença de 32 prefeitos e repre-

sentantes das Secretarias de Estado, entre eles o Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, Edson Giriboni, atual Presidente do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP). Na ocasião, o diretor do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), Clodoaldo Pelissioni, da Secretaria dos Transportes, apresentou os investimentos na RM Vale para os anos de 2011/2014 – que somam valores superiores a R\$ 1 bilhão nas áreas de infraestrutura, melhorias dos acessos e estradas, construção de viadutos para reduzir os gargalos, entre outras obras estruturantes.

Ainda nesse encontro foram criadas 18 Câmaras Temáticas: Planejamento e Uso do Solo; Transporte e Sistema Viário Regional; Habitação; Saneamento Ambiental; Meio Ambiente; Desenvolvimento Econômico; Atendimento Social; Esportes, Lazer e Cultura; Turismo; Agricultura e Agronegócio; Saúde; Educação; Segurança Pública; Recursos Hídricos; Defesa Civil; Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Natural; VLT Regional (Trem Regional); e Justiça e Cidadania.

Edmur Mesquita informou ainda que dois projetos estão em andamento na Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa): 1) Contratação de estudos e pesquisas e apoio técnico para construir bases de informações padronizadas sobre potencialidades, impulsores, barreiras e oportunidades locais, tendo como referência física as “Unidades de Informações Territorizadas”; e 2) Proposta de ações e metas para a promoção do Desenvolvimento Socioeconômico de Cidades Históricas da RM Vale. Os estudos serão desenvolvidos pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Até que seja criada a Agência de Desenvolvimento Metropolitano, atuará responsável pela elaboração de projetos de interesse comum e estratégicos para a região, a Emplasa ficará como seu órgão executivo.

Conselho de Desenvolvimento da RM Vale realiza reunião em Cruzeiro, evento que contou com a presença do Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, Edson Giriboni, atual Presidente do CEIVAP



Projetos estratégicos

PORTO DE SÃO SEBASTIÃO: ALAVANCA DO PRÉ-SAL

A ampliação do Porto de São Sebastião, aliada ao projeto de duplicação da Rodovia dos Tamoios – entre São José dos Campos e Caraguatatuba, que está em andamento – e à construção do Contorno Caraguatatuba, dará o suporte necessário ao pré-sal e implicará em investimentos para a construção de um novo eixo ferroviário. O desenvolvimento portuário, com a ampliação do porto, será alternativo de plataforma para importação e exportação de cargas de alto valor agregado, complementando as atividades do Porto de Santos. A necessidade de criação da infraestrutura levará em consideração as perspectivas futuras em relação à produção do pré-sal.



RODOVIA DOS TAMOIOS E CONTORNO CARAGUATUBA

O projeto de construção dos contornos viários de Caraguatatuba e São Sebastião integra o pacote de duplicação da Rodovia dos Tamoios, estratégico para a logística e infraestrutura de transportes do Estado de São Paulo e de grande importância para viabilizar a expansão das atividades econômicas.

ENERGIA E PRÉ-SAL

No setor energético, o Estado de São Paulo produz 51% da energia que con-

some e 30% da matriz energética de biocombustíveis do país. No que se refere ao álcool, o Estado é reconhecido pela liderança na geração de energia limpa, responsável por 58% da produção no Brasil e, ainda, por 43% da capacidade de refino de petróleo do país.

TAV – TREM DE ALTA VELOCIDADE



As premissas que nortearam a definição dos pontos de passagem ao longo do corredor do Trem de Alta Velocidade – TAV, são: interligação das cidades do

Rio de Janeiro, Volta Redonda, São José dos Campos, São Paulo e Campinas; conexão dos Aeroportos Internacionais do Galeão, de Guarulhos e Viracopos; presença de uma estação intermediária no trecho do Vale do Paraíba fluminense e outra no trecho paulista.

PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL DA REGIÃO

Embora com águas de qualidade predominantemente boa ao longo do tempo, a gestão integrada da bacia do rio Paraíba do Sul é requisito essencial para minimizar possíveis conflitos entre os diferentes usos (que incluem geração de energia elétrica – Sistema Light, abastecimento público, uso industrial e irrigação, além de outras demandas, a exemplo da pesca, lazer e turismo, atualmente pouco expressivas e que têm grande potencial para seu desenvolvimento). Segundo o Relatório de Qualidade das Águas Superficiais 2011,

da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Paraíba do Sul, onde residem 1,8 milhão de habitantes em área urbana, são coletados 88% do esgoto, dos quais 59% recebem tratamento – apresentando um Índice de Coleta e Tratabilidade de Esgotos da População Urbana de Municípios (ICTEM) igual a 5,28, superior ao obtido nas regiões metropolitanas de São Paulo e Baixada Santista.

ESTÂNCIAS TURÍSTICAS



Das 67 cidades Estâncias do Estado de São Paulo, 13 estão localizadas na RM Vale. São consideradas Estân-

cias Balneárias, Climáticas e Turísticas. A Assessoria de Eventos Oficiais e Turismo, da Prefeitura de São José dos Campos, informou que a RM Vale do Paraíba recebe 41 milhões de pessoas por ano. A pesquisa foi realizada em 2011, por uma empresa privada, e os dados apresentados durante o II Fórum Tecnológico Empresarial do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba/Turismo (CODIVAP), realizado, em maio, no Parque Tecnológico. O evento reuniu representantes do setor empresarial de diversas cidades. De acordo com o Santuário Nacional de Aparecida, o complexo religioso recebeu cerca de 10,8 milhões de visitantes em 2011 – meio milhão a mais em relação a 2010.





RM VALE EM NÚMEROS

- 16.178 km² de área
- 6,52% do Estado de SP
- 39 municípios
- 5 Sub-Regiões
- 2.264.594 habitantes
- 5,49% da população paulista
- 55,6 bilhões de reais de PIB
- 94% de taxa de urbanização

RAIO-X DO TERRITÓRIO

Economia

A RM Vale possui intensa e diversificada atividade econômica, destacando-se as cidades industriais do eixo da Via Dutra, os polos de serviços urbano-industriais de São José dos Campos e Taubaté, as cidades turísticas da Mantiqueira e Litoral Norte e o Porto de São Sebastião. Ressaltam-se as atividades industriais, que contribuem com 7,7% do valor adicionado da indústria paulista, seguidas pelos segmentos terciário (4,1%) e primário (1,9%). A indústria predominante é intensiva em capital e tecnologia, com grandes unidades produtivas de diferentes segmentos, como petroquímico, automobilístico, químico, bélico, farmacêutico, veterinário, telecomunicações e, sobretudo, aeronáutico.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São José dos Campos, de janeiro a maio deste ano as exportações no município somaram US\$ 2,25 bilhões, o que significou um aumento de 18% em relação ao mesmo período de 2011, quando o valor exportado ficou em US\$ 1,91 bilhão. Os dados, divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mostram também que no mês de maio a cidade registrou US\$ 502,4 milhões em vendas externas. De janeiro a maio, a balança comercial acumulou superávit de US\$ 804,3 milhões. Entre os principais setores, a indústria aeroespacial foi responsável por 70% do volume exportado (US\$

1,58 bilhão) nos primeiros cinco meses do ano. Automóveis e autopeças representaram US\$ 284,5 milhões (12,7% do total) e equipamentos de transmissão para telefonia celular renderam US\$ 29,2 milhões.

Saneamento Básico

A condição dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios da RM Vale é bastante desigual. Os índices de coleta de esgotos apresentam valores inferiores a 50% nos municípios litorâneos e nos serranos de Campos do Jordão e Santo Antônio do Pinhal, atingindo 100% apenas nos municípios de Lagoinha e Potim. Com relação ao tratamento de esgotos, a situação é ainda mais desigual, variando de municípios em situação precária, com índice de tratamento de esgoto igual a 0% (inexistência de tratamento), a municípios com 100% de tratamento do esgoto coletado, tais como Lorena, Pindamonhangaba e Taubaté (veja na tabela ao lado a situação do saneamento básico dos municípios da região, com relação aos sistemas de coleta e tratamento de esgotos).

Balanço Hídrico

A maioria dos municípios (32) situa-se na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Paraíba do Sul (UGRHI-2), que apresenta balanço hídrico classificado como muito confortável (terceira do Estado em relação ao Qmédio), a saber: para uma disponibilidade total (superficial e reserva explotável) de 93 m³/s, a demanda gira em torno de 14 m³/s (desconsiderando a vazão comprometida da transposição ao Sistema Lajes-Guandu, que possibilita a transferência de até 160m³/s de água do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu). Quatro pertencem à UGRHI-3 (Litoral Norte), com balanço hídrico de 39 m³/s de disponibilidade hídrica total para atender uma demanda média da ordem de 1,4 m³/s. E três situam-se na UGRHI-1 (Mantiqueira), que convive com a confortável situação

de seus mananciais de superfície e subterrâneos dispõem juntos de 10 m³/s para cobrir uma demanda da ordem de 1 m³/s (SMA/CRHi, 2010).

De forma geral, o balanço hídrico nas três UGRHIs pode ser considerado bom, com disponibilidade de água bem superior às demandas para os usos urbano, industrial, irrigação e outros. No entanto, as deficiências nos sistemas de coleta e tratamento dos esgotos domésticos da grande maioria das cidades comprometem a qualidade dos cursos d'água, em especial o rio Paraíba do Sul, principal manancial da região, ensejando uma ação conjunta e integrada dos municípios que a compõem.

UGRHI-2 - Paraíba do Sul

A UGRHI-2, com uma área de drenagem de 14.444 km², é constituída pelo trecho paulista da bacia do rio Paraíba do Sul, das cabeceiras à divisa com o Estado do Rio de Janeiro, abrangendo 34 municípios da região (incluindo Guararema e Santa Isabel, que estão inseridos na Região Metropolitana de São Paulo).

O rio Paraíba do Sul é formado pela confluência dos rios Paraitinga e Paraibuna, que têm seus cursos orientados na direção Sudoeste, ao longo dos contrafortes interiores da Serra do Mar. Após a confluência, e já denominado Paraíba do Sul, o rio continua seu curso para Oeste até as proximidades de Guararema, onde inverte totalmente o rumo passando a correr para Noroeste e, depois, para Leste até sua foz, no Oceano Atlântico, no município de São João da Barra, já no Estado do Rio de Janeiro. Além dos dois formadores, seus principais afluentes no trecho paulista são os rios Parateí, Jaguari, Una, Buquira/Ferrão, Embaú/Piquete, Bocaina e Pitangueiras/Itagaçaba. Vale destacar ainda que nesta região estão situados os principais reservatórios de regularização, responsáveis por 86,1% da capacidade total de armazenamento da bacia hidrográfica: Paraitinga/Paraitinga, Santa Branca e Jaguari.

DADOS DE SANEAMENTO BÁSICO DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS - 2011

UGRHI	Município	Concessão	População IBGE 2010		Atendimento (%)		Eficiência (%)	Carga Poluidora (kg DBO/dia)		ICTEM	Corpo Receptor
			População Total	População Urbana	Coleta	Tratamento		Potencial	Remanesc.		
1	Campos do Jordão	SABESP	48.060	47761	45	0		2.579	2.579	0,68	Rio Capivari, Rio Sapucaí-Guaçu e afluentes
	Santo Antônio do Pinhal	SABESP	6.498	3857	45	85	80,0	208	145	4,44	Rio da Prata, Rio Preto e afluentes
	São Bento do Sapucaí	SABESP	10.477	5039	92	16	85,0	272	238	2,93	Rio Sapucaí Mirim e afluentes
	Aparecida	PM	35.015	34506	79	0		1.863	1.863	1,19	Rio Paraíba
	Arapeí	SABESP	2.483	1867	58	0		101	101	0,87	Rio Barreiro de Baixo
	Areias	PM	3.703	2482	90	0		134	134	1,35	Rib. Vermelho
	Bananal	SABESP	10.262	8191	97	100	90,0	442	56	9,46	Rio Bananal
	Caçapava	SABESP	85.414	73107	87	99	90,4	3.948	874	8,35	Rio Paraíba e Cór. Boçoroca
	Cachoeira Paulista	SABESP	30.313	24755	99	5	98,0	1.337	1.272	2,08	Rio Paraíba, Rib. das Pitas, Minhocas, Aguada e Cór. Rio Branco
	Canas	SABESP	4.444	4125	90	100	97,0	223	28	9,55	Ribeirão Canas
	Cruzeiro	SAAE	77.311	75342	98	0		4.068	4.068	1,47	Rio Paraíba, Rib. Lopes e Cór. Pontilhão
	Cunha	PM	21.772	12114	90	16	39,0	654	617	1,96	Cór. do Rodeio
2	Guararema*	SABESP	26.146	22496	70	35	93,0	1.215	938	3,56	Rio Paraíba
	Guaratinguetá	SAAE	112.675	107338	90	18	88,6	5.796	4.965	2,75	Rio Paraíba, Rib. Guaratinguetá, S. Gonçalves e Motas
	Igaratá	SABESP	8.872	7028	57	100	89,0	380	187	6,15	Rib. Palmeiras e afluente do Res. do Jaguari
	Jacareí	SAAE	212.743	209804	89	14	92,2	11.329	10.022	2,80	Rio Paraíba e Rib. Turi
	Jambeiro	SABESP	5.453	2610	92	100	84,0	141	32	8,38	Rib. Capivari
	Lagoinha	SABESP	4.832	3132	100	100	90,0	169	17	10,00	Rib. Botucatu
	Lavrinhas	SABESP	6.635	6090	52	0		329	329	0,78	Rio Paraíba e Rio Jacu
	Lorena	SABESP	82.886	80505	95	100	68,0	4.347	1.539	7,32	Rio Paraíba e Rib. Taboão
	Monteiro Lobato	SABESP	4.159	1806	87	95	84,0	98	30	7,77	Rio Buquira
	Natividade da Serra	PM	6.657	2778	90	96	80,0	150	46	7,78	Res. de Paraibuna
	Paraibuna	PM	17.417	5250	85	0		283	283	1,28	Rio Paraíba
	Pindamonhangaba	SABESP	148.604	143250	93	100	90,4	7.736	1.229	9,90	Rio Paraíba, Rib. Curuputuba e Una
	Piquete	PM	14.023	13133	76	0		709	709	1,14	Rios Piquete, Benfica e Sertão
	Potim	PM	19.842	15035	100	10	70,0	812	755	2,11	Rio Paraíba
	Queluz	SABESP	11.478	9407	67	0		508	508	1,01	Rios Verde e Paraíba
	Redenção da Serra	SABESP	3.860	2203	62	100	98,0	119	47	6,88	Res. Paraibuna
	Roseira	SABESP	9.677	9190	84	100	76,7	496	176	7,15	Rio Pirapitingui
	Santa Branca	PM	13.821	12190	80	9	36,0	658	641	1,51	Rib. Barretos e Rio Paraíba
	Santa Isabel*	PM	50.968	39991	78	0		2.160	2.160	1,17	Rio Araraquara e Res. Jaguari
	São José do Barreiro	PM	4.072	2854	50	100	63,0	154	106	4,30	Rib. do Barreiro e Cór. da Estância
3	São José dos Campos	SABESP	636.876	624765	87	85	51,4	33.737	20.964	5,24	Rios Paraíba, Cambuí, Peixe, Alambari e Pararangaba
	São Luís do Paraitinga	SABESP	10.395	6180	84	100	95,0	334	67	8,45	Rios Paraitinga e Chapéu
	Silveiras	SABESP	5.824	2895	94	100	80,0	156	39	8,00	Rib. Silveiras
	Taubaté	SABESP	281.336	275268	92	100	85,5	14.864	3.172	7,99	Cór. Judeu, Piracangagua e J. Raimundo
	Tremembé	SABESP	41.457	37354	76	100	90,0	2.017	637	7,09	Rio Paraíba
	Caraguatatuba	SABESP	102.522	99017	45	100	95,0	5.347	3.061	5,45	Rios Diversos / Mar
	Ilhabela	SABESP	28.761	28563	4	10	90,0	1.542	1.537	0,44	Rios Diversos / Mar
	São Sebastião	SABESP	75.163	74315	43	71	85,7	4.013	2.966	3,60	Rios Diversos / Mar
	Ubatuba	SABESP	79.717	77784	35	100	90,7	4.200	2.867	4,59	Rios Diversos / Mar

Tabela extraída do Relatório de Qualidade das Águas Superficiais no Estado de São Paulo 2011/CETESB, 2012

* Embora pertençam à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Paraíba do Sul (UGRHI-2), os municípios de Guararema e Santa Isabel não fazem parte da Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte, estando inseridos na Região Metropolitana de São Paulo

Circuito Junino atrai milhares de visitantes a São João da Barra

Fervilhante festival folclórico-religioso tem como palco o rio Paraíba do Sul

O Circuito Junino, em São João da Barra, município da região Norte Fluminense, é um dos eventos que atraem milhares de visitantes à cidade. Criado há oito anos, tornou-se um dos mais importantes do Estado, interligando as festas de Santo Antônio (13/6), São João (24/6) e São Pedro (29/6), além da comemoração, no dia 17, do ato de elevação da Vila à categoria de cidade. A festa é organizada pela Irmandade de São João Batista, com apoio do Poder Público municipal.

É um fervilhante festival folclórico-religioso que durante todo o mês celebra a tradição com apresentações de quadrilhas, bandas musicais, festival de música, concursos, café literário, desfiles cívico e militar, competições esportivas, exposições, shows com artistas renomados, entre outros. Sem falar do ponto alto dos festejos, quando acontece o Desfile Fluvial no rio Paraíba do Sul e a procissão pelas ruas da cidade, numa demonstração de fé do povo sãojoanense.

O município, atualmente com 33 mil habitantes, teve sua origem no século XVII. No início da colonização do Brasil, os índios goitacazes dominavam a região que se transformaria numa das 15 capitanias hereditárias, conhecida como Capitania de São Tomé. A área foi doada por Martim Afonso de Souza a Pero Góis

da Silveira, em 1534, e as terras partiam das margens do rio Macaé e avançavam 30 léguas para o Norte, incluindo as áreas planas e de campos habitadas pelos índios, de onde surgiu a denominação de “Campos dos Goitacás” (goitacás quer dizer corredor, nadador ou caranguejo, grande comedor de gentes).

Historiadores contam que o povoado de São João da Barra surgiu, a partir de 1630, com a chegada de um grupo de pescadores vindos de Cabo Frio. Um dos integrantes da comitiva, Lourenço do Espírito Santo, após o afogamento da sua mulher, em Atafona, retirou-se para o interior e foi fixar moradia num elevado junto ao rio Paraíba do Sul. À margem direita do rio o pescador construiu uma pequena capela em louvor a São João Batista, cuja imagem havia trazido no barco – os moradores dizem que a procissão, ou desfile fluvial, representa esse momento da história. Assim, o nome do município presta uma homenagem ao santo padroeiro e faz referência ao acidente geográfico: a foz do Rio Paraíba do Sul.

O mar e o rio Paraíba do Sul eram fontes de alimentos para os índios que legaram aos futuros moradores a tradição da pesca. Hoje, segundo registros da Colônia de Pesca Z2, cerca de 400 pescadores sobrevivem da atividade pesqueira no rio Paraíba do Sul. Presume-se que entre as várias competições praticadas

pelos índios estavam a pesca, a corrida de canoas feitas de tronco de guanandi e a caça. Em períodos do auge da navegação, no século XVII, havia prancheiros que navegavam à força do remo e vela, sendo também provável a tradição de disputas entre os mesmos no carregamento de mercadorias como açúcar e farinha de mandioca entre os portos de São Salvador dos Campos dos Goytacazes e São João da Barra.

COMPETIÇÕES NO RIO PARAÍBA DO SUL

O Circuito Junino é recente, mas as celebrações são muito antigas. Registros históricos contam que, em 1883, a festa do padroeiro não foi realizada porque a Matriz estava em obras devido a um incêndio, ocorrido no ano anterior, mas que a procissão fluvial aconteceu. Essa e demais citações mostram que há pelo menos três séculos o rio Paraíba do Sul é cenário para muitas realizações em São João da Barra.

Durante as festas juninas a Prefeitura, por meio do Departamento de Esportes e da Secretaria da Pesca, organiza alguns torneios esportivos como a pesca do maior robalo vivo, que é realizada no rio Paraíba do Sul, com pesagem do peixe no Cais do Imperador, no centro da cidade. O vencedor deste ano foi o pescador Jorge Viana, que disputou a prova com mais oito inscritos e pegou um peixe de 4.125 kg. A premiação foi de R\$ 350,00. Também teve a pesca da maior piaba viva, vencida pelo pescador Geovane Júnior, que pegou um peixe de oito centímetros.

Este ano 13 duplas participaram do torneio de barcos a vela, que são utilizados pelos pescadores no dia a dia para a pesca artesanal no rio. A largada aconteceu na Ilha da Convivência, na foz do Paraíba, com percurso de cinco quilômetros e che-

gada ao Cais do Imperador. A dupla vencedora foi Geovane Júnior e seu irmão José Benedito Ramos, com prêmio de R\$ 500,00. Já a competição de barco a remo contou com a participação de seis duplas, cujos vencedores foram Flávio Machado e Leandro Lisboa. A prova também é disputada em canoas artesanais. “O circuito tem cerca de 300 metros, com chegada ao Cais do Imperador. A premiação para a primeira colocação foi de R\$ 200,00”.

Benedito Ramos disse que seu irmão Geovane é pescador artesanal, mas que ele é marceneiro e confeccionou a canoa que venceu a prova. Ele contou que faz parte de uma equipe de quatro competidores chamada “Gl.com” e, como gostam de velejar, há seis anos montaram um Circuito de Verão, com a realização de dois eventos anuais com um total de 12 provas. “Além disso, sempre que é possível participamos de torneios em outras cidades, mas fica muito caro sair de São João porque temos de transportar o barco”, diz. O competidor contou que desde criança tem contato com o rio e que conhece todos os seus caminhos na região. Ele reclamou que o Paraíba está secando, que não tem mais peixes. “Geovane pesca no delta, mas só está conseguindo pegar manjubas”, reclama.

DESFILE FLUVIAL

Na véspera do dia de São João, 23 de junho, o padroeiro da cidade é homenageado com um Desfile Fluvial. Para manter essa tradição religiosa e a cultura popular, a Prefeitura instituiu uma premiação para incentivar os participantes e o que era antes uma procissão, um ato religioso, acabou tornando-se um desfile. A Irmandade de São João participa do evento seguindo com o barco principal, que vai à frente trazendo o mastro de



ARQUIVO/CARLOS EDUARDO NEVES PESSANHA

ALESSA OLIVEIRA/PM SÃO JOÃO DA BARRA

PAULO SÉRGIO PINHEIRO/PM SÃO JOÃO DA BARRA

ALESSA OLIVEIRA/PM SÃO JOÃO DA BARRA



No destaque, Galápagos como o barco vencedor do Desfile Fluvial, pelo tema “O Circo”. Outras competições também marcaram o Circuito Junino, como as de caiaques, barcos a vela, a remo e natação

São João Batista e conduzindo os integrantes do desfile. Durante o desfile, os barcos dão várias voltas no cais enquanto acontece o julgamento. Depois, em terra, a procissão segue com o Mastro pelas ruas da cidade até a igreja Matriz.

Centenas de pessoas assistiram ao desfile dos barcos que saíram das imediações do Pontal de Atafona e foram até o Cais do Imperador. Onze embarcações, com temas variados, participaram do evento no rio Paraíba do Sul e foram julgados pelos quesitos: beleza, criatividade e animação. Uma comissão julgadora escolheu Galápagos como o barco vencedor, pelo tema “O Circo”, que recebeu premiação de R\$ 3.500,00 e troféu.

O dono do barco, Carlos Eduardo Neves Pessanha, diz que participa do evento há dez anos, mas que concorria sempre em outros grupos. “Desta vez resolvi montar a minha própria equipe, composta por quatro pessoas. Escolhemos o tema Circo porque poderíamos usar mais cores e criatividade, além de garantir a animação que é um dos quesitos da prova”, explica. Os vencedores levaram 20 dias para fazer a decoração e gastaram cerca de R\$ 3 mil reais em mão de obra e material. De acordo com Neves, após o desfile todos os participantes seguem com a população a procissão religiosa.

Neves disse que sempre morou perto do Paraíba e, como o marceneiro Ramos, afirmou que o rio está secando e não tem mais peixes. “Depois do desastre ambiental de 2008, com o derramamento do endosulfan no Paraíba, os peixes desapareceram. Infelizmente, o povo não cuida do rio”, lamenta.

De acordo com a Secretaria de Comunicação da Prefeitura, São João da Barra conta com a lei municipal nº 001/2005, que instituiu o “Dia Municipal do Rio Paraíba do Sul”, que é sempre comemorado no dia 22 de março. “Nesse dia, são realizados vários eventos ambientais e esportivos para o resgate da memória deste recurso hídrico tão importante para o país. Além disso, várias competições de verão contam com corrida de canoas, caiaques, etc.”, informa a Secretaria.

Torneio de Barcos a Vela no Cais do Imperador. Este ano, 13 duplas participaram da competição no rio Paraíba do Sul



CONHEÇA O CEIVAP

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

CEIVAP - Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

DESTAQUE

No "Dia do Rio Paraíba do Sul", bacia hidrográfica comemora evolução em seu panorama ambiental
Daniel Rezende/TextoArte

Bela paisagem do rio Paraíba do Sul, em Guararema (SP). Obras de complementação do sistema de esgotamento sanitário deste município são consideradas um dos fatores de contribuição para a melhoria do IQA no trecho paulista da bacia.

Neste dia 22 de setembro, em que se comemora o "Dia do Rio Paraíba do Sul" no Estado de São Paulo (instituído pela Lei Estadual nº 12.094, de 11 de outubro de 2005), há motivos reais para celebrar uma evolução ambiental em nossa bacia hidrográfica. De acordo com o "Panorama da Qualidade das Águas Superficiais do Brasil - 2012", estudo conduzido pela Agência Nacional de Águas (ANA), dos 626 pontos com série histórica monitorados no período de 2001 a 2010 em todo o país, 47 apresentaram tendência de melhoria do Índice de Qualidade das Águas (IQA) - sendo que dez estão localizadas na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (veja tabela).

Esse resultado, segundo análise dos órgãos gestores estaduais, deve-se principalmente aos investimentos em saneamento, por meio de ações como a ampliação dos sistemas de coleta de esgotos, a implementação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETE) ou o aumento de sua eficiência, além de destinação de lixões. Entre as bacias em que as ações de saneamento representaram um aumento do IQA, destacamos:

Agência de Bacia
AGEVAP
Agência de Bacia

Organismo da Bacia
Comitê de Bacias Afluentes

- CBPA
CBH-PS/SR - Trecho Paulista
- CBH - Médio Paraíba
- CBH - Paraíba
CBH - Paraíba, Paqueta e Preto/RJ
- CBH-Rio Dois Rios/RJ
- CBH-Baixo Paraíba/RJ
- CBH-Compara/MG

DIRETORIA DO CEIVAP

Presidente
Eugen Zucchi

Vice-presidente
Marta Cavatto de Melo

Secretário
Sandro Tessmer de Siqueira

Gestão Participativa

Fique por dentro sobre tudo o que acontece em gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul!

acesse:
www.ceivap.org.br

